

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**A IGREJA ANGLICANA, DOS PAIS CATÓLICOS ATÉ A MÃE
PROTESTANTE – Uma Análise Histórica da Construção da
Identidade Anglicana (IV d.C.– 1685)**

RUAN DA SILVEIRA ISNARDI

PELOTAS – RS

2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

l84i Isnardi, Ruan da Silveira

A igreja anglicana, dos pais católicos até a mãe
protestante : uma análise histórica da construção da
identidade anglicana (iv d.c.– 1685) / Ruan da Silveira Isnardi
; Paulo Cesar Possamai, orientador. — Pelotas, 2022.

79 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)
— Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de
Pelotas, 2022.

1. Anglicanismo. 2. Cristianismo. 3. Catolicismo. I.
Possamai, Paulo Cesar, orient. II. Título.

CDD : 200

SUMÁRIO

Sumário	2
1. INTRODUÇÃO	3
2. O NASCIMENTO DA IGREJA	5
O Cristo Histórico	5
Os Pais da Igreja e a Catolicidade.....	9
3. A IGREJA CELTA, AS MISSÕES GREGORIANAS E O SÍNODO DE WHITBY	15
A Igreja Celta	16
As Missões Gregorianas	28
Sínodo de Whitby.....	42
4. Os Reis Medievais da Grã-Bretanha	46
Nascimento da Monarquia Cristã.....	46
Monarquia Cristã na Grã-Bretanha	49
Oswy Da Nothumbria (642-670) e Egfrido Da Nothumbria (645-685).....	50
Alfred de Wessex (871-899)	51
Eduardo, o Confessor (1042-1066), Guilherme I (1066-1087) e Guilherme II (1087-1100)	52
João Sem Terras (1199-1216).....	54
5. A REFORMA	57
A Heterodoxia Romana	57
O Cisma do Ocidente.....	59
John Wycliffe	61
Henrique VIII	63
Elizabeth I	66
6. Conclusão	69
7. Referências	75

1. INTRODUÇÃO

No mundo, não há somente uma Igreja Anglicana. Alguns, leigamente, podem pensar que as Igrejas Anglicanas, em outros países, também estão submissas à Coroa Inglesa, mas não é assim que estas instituições se organizam. As Igrejas intituladas anglicanas são membros da Comunhão Anglicana, aliadas por confissão, tradição e laços de sororidade, mas não submissas, nem administrativamente, nem doutrinariamente à Igreja da Inglaterra. Composta por 41 províncias, ou seja, 41 Igrejas, a Comunhão abrange um leque de tradições cristãs muito variadas. Mas, esta diversidade toda gera grandes inquietações internas, sobretudo no que diz respeito à identidade, tema constantemente debatido pelas Igrejas componentes e visto como uma fonte de crises.

A doutrina Anglicana está alicerçada no quadrilátero de Chicago-Lambeth. Este documento, elaborado em 1888, contém os componentes mínimos para que uma Igreja integre a comunhão anglicana. A saber: os credos, niceno-constantinopolitano e o apostólico, a Bíblia, os dois sacramentos e o episcopado histórico¹. É interessante perceber que estes pontos, tratados como necessários para compor a comunhão outrora, eram os aspectos básicos de uma Igreja Católica. Ou seja, as Igrejas da Comunhão Anglicana chegaram ao século XIX mantendo todos os requisitos de uma instituição que poderia compor a catolicidade. Esta é a causa de um dos maiores debates entre os fiéis no mundo, afinal, o anglicanismo é católico ou protestante?

Ainda que muito tenha sido escrito sobre a identidade anglicana, poucas pessoas construíram uma linha reta de debates com apenas esta pergunta: “católica ou protestante?”. Os motivos para isso podem ser variados. Da parte de alguns intelectuais da Igreja, pode parecer um debate desnecessário, já que ninguém mudará sua fé, seja este ou aquele o resultado. Por parte dos pesquisadores externos, talvez por conta dos atuais métodos de pesquisa, existe uma produção que pretende explicar o processo desde a Patrística até o reinado de Elizabeth I. Mas, certamente, o que não se pode dizer, é que o tema não mexe com o imaginário e os sentimentos dos fiéis anglicanos ou conhecedores da tradição, que retomam o assunto seguidamente.

Mesmo que o recorte temporal deste trabalho seja enorme, seu problema de análise é apenas um. A proposta é analisar alguns momentos e personagens

¹ Cf. OLIVEIRA V. L., 2017, p. 94

principais desta trajetória, que se inicia com os Pais da Igreja e converge para o reinado de Elizabeth I, quando surge o cerne do que seria a Igreja Anglicana de via média, também discutindo sobre a legitimidade histórica deste título.

A divisão do trabalho, portanto, será desta forma: 1. O Nascimento da Igreja; 2. A Igreja Celta, As Missões Gregorianas e o Sínodo de Whitby; 3. Os Reis medievais da Bretanha e a Igreja; 4. De John Wycliffe até Henrique VIII; 5. Elizabeth I. Ainda que a Igreja tenha perdido seu caráter de Igreja Oficial no período da dinastia dos Stuarts, esta situação não mudou a sua doutrina, que se manteve como Via Média², conforme decisão do período Elizabetano, por isso, para os objetivos do trabalho, será suficiente concluir no capítulo cinco.

Teologicamente e filosoficamente esta questão é interminável, por adentrar nos pormenores conceituais e as questões de fé que independem dos fatos. Mas, tratando-se de uma análise histórica, nossa intenção é analisar uma sequência de fatos relatados por autores que permitem dizer se é coerente, ou não, que a Igreja Anglicana reivindique para si a natureza Católica e Protestante ao mesmo tempo.

² Uma posição doutrinária que abarca tradições protestantes e católicas.

2. O NASCIMENTO DA IGREJA

Antes de falar sobre a Igreja é preciso saber o que ela é. Nos textos dos Evangelhos não há doutrina eclesiástica explícita, o que se constrói de eclesiologia a partir destes textos é fruto de interpretação, como, por exemplo, as reflexões eclesiológicas de Inácio de Antioquia³. Sabe-se, por isso que nem mesmo o Jesus histórico teria fundado uma instituição: “certamente, o Novo testamento o faz pronunciar a palavra *ekklésia*, mas segundo toda verossimilhança deve se ver nisso uma contribuição da comunidade cristã primitiva (Mt 16,18 e 18,18)”⁴. Pode-se compreender então que a Igreja, como se conhece, é produto das comunidades cristãs pós-pascais⁵. Isto não quer negar que houve uma forma organizada de comunidade seguidora de Jesus antes de sua morte, segundo a Bíblia, ele teria chamado apóstolos e discípulos (Lc 6,12-19; Mc 3,13-19; Mc 1,17; Mt 28, 20). O que se questiona é que nisso haveria a fundação de uma nova Religião, ao invés de uma reforma do judaísmo. É possível dizer, a partir destas considerações, que o “parto” da Igreja se divide em dois momentos. Primeiro com Jesus, que provavelmente, pelo que se disse anteriormente, não fundou uma religião, mas organizou um grupo e, querendo ou não, lançou as sementes do que viria a ser. E a segunda parte ocorre com os Pais da Igreja, que formularam seus alicerces como a Religião independente do judaísmo que se tornou. Este capítulo, tendo em vista o que foi abordado, se dividirá em duas partes, primeiro “O Cristo Histórico”, para compreender as primeiras motivações; e depois “Os Pais da Igreja”, onde se encerra os conceitos mínimos que a definem.

O Cristo Histórico

Vê-se em Eusébio de Cesaréia que, após a queda de Jerusalém, sob o governo do Imperador Adriano, todos os judeus foram proibidos de pôr os pés na cidade e, no entanto, a Igreja permanecia lá⁶. Isso significa que, na visão do Império Romano, no século II, os cristãos já não eram vistos como judeus, conforme citado anteriormente. Não se pode dizer que isso tenha partido de Jesus. No evangelho, mais de uma vez,

³ Cf. LACOSTE, 2014, p. 589

⁴ Cf. LACOSTE, 2014, p. 853

⁵ Que se refere aos fatos ocorridos após a morte de Jesus.

⁶ Cf. Cesaréia, 2019, p. 120

se vê Cristo dizendo que veio primeiro, ou apenas, para as ovelhas perdidas da Casa de Israel⁷. As comunidades pós-pascais não buscavam, e nem davam muita importância, ao Cristo Corpóreo, não era importante na visão do apóstolo Paulo, por exemplo, ter conhecido Cristo fisicamente, no livro "O Jesus Histórico, Um Manual", isso é relatado da seguinte forma: "em 2Cor 5,16 Paulo nega que seja teologicamente importante ter conhecido Cristo segundo a carne." (THEISSEN & MERZ, 2004, p. 25). A forma de contar a vida do Messias partia, primeiramente, da necessidade da comunidade local, e, como se vê em Gerd Theissen, depois se pensava na história factível, vide a citação.

K. L. Schmidt demonstrou o caráter fragmentário dos evangelhos ao argumentar que a tradição de Jesus consiste em "pequenas unidades" e que o quadro cronológico e geográfico "da história de Jesus" foi criado secundariamente pelo evangelista Marcos. Assim, desaparece a possibilidade de extrair um desenvolvimento da personalidade de Jesus a partir da sequência das perícopes. Ademais, a história das formas reconheceu que mesmo as "pequenas unidades" são determinadas primariamente por necessidades da comunidade e apenas em segundo plano por recordações históricas. (THEISSEN & MERZ, 2004, p. 24)

O que se vê é que, mesmo as primeiras comunidades, as chamadas Cristãs Primitivas, já destoavam entre si, e, em alguns casos, se achava nelas mais o contexto secular em que viviam do que a mensagem evangélica. Como demonstra Hillgarth, o ascetismo, as mortificações do corpo, não foram uma invenção cristã.

Os intelectuais pagãos, do Imperador Juliano para baixo, que se opuseram ao Cristianismo no século IV, não eram mais críticos ou "científicos" que qualquer cristão, e eram tão dogmáticos em sua adesão a Homero e outras autoridades quanto os cristãos eram em seu apego a Bíblia.

Um tipo de dualismo físico, que envolve depreciação, se não o ódio ao corpo, era também comum tanto a pagãos como a cristãos. Conforme Gilbert Murray disse, o Imperador Juliano provavelmente tinha tanto orgulho dos piolhos da sua barba como qualquer monge do Egito. (HILLGARTH, 2004, p. 19)

⁷ Cf. MT 15,24; MT 10,6. Isto se devia, provavelmente, ao fato de que a comunidade de Mateus era majoritariamente judaica. Segundo Theissen e Merz (THEISSEN & MERZ, 2004, p. 51) não é possível dizer se estavam ainda na sinagoga ou se o evangelho é um produto posterior, mas é certamente escrito em função de uma legitimação Cristã frente aos judeus.

A partir dos escritos de Hillgarth é possível compreender porque, mesmo que o Novo Testamento desaconselhe práticas ascetas, elas continuam sendo popularmente praticadas e se incorporam ao Cristianismo. Nos evangelhos há, ao menos, três passagens, o que evidencia sua importância pelo critério de verossimilhança, em que os discípulos de João se inquietam diante do fato de que os seguidores de Cristo não fazem jejum, ao que Jesus sempre lhes responde dando a entender que aquela lei não lhes serve mais, que é velha e não “harmonizaria” com o contexto do que ele ensina, isso se repete nos três evangelhos sinóticos⁸. Segue uma das ocorrências:

14. Por esse tempo, vieram procurá-lo os discípulos de João com esta pergunta: "Por que razão nós e os fariseus jejuamos, enquanto os teus discípulos não jejuam?" 15. Jesus respondeu-lhes: "Por acaso podem os amigos do noivo estar de luto enquanto o noivo está com eles? Dias virão, quando o noivo lhes será tirado; então, sim, jejuarão. 16. Ninguém põe remendo de pano novo em roupa velha, porque o remendo repuxa a roupa e o rasgo torna-se maior. 17. Nem se põe vinho novo em odres velhos; caso contrário, estouram os odres, o vinho se entorna e os odres ficam inutilizados. Antes, o vinho novo se põe em odres novos; assim ambos se conservam" (MT 9:14-17). (Bíblia de Jerusalém, 2002, p. 1719)

Ainda que, pela passagem bíblica anteriormente citada, possa se antever que a mensagem de Cristo é rejuvenescedora, e para Ele não há problemas nisso, os primeiros cristãos se esforçaram para provar que sua doutrina não era uma novidade. Roma tinha no direito testamentário e de sucessão uma das suas principais leis. Mesmo antes das XII taboas, a legitimação do patrimônio através da ancestralidade já era algo respeitado, conforme atesta o Procurador Regional da República, Rogério Tadeu Romano⁹. Andréia Silva, ao escrever sobre tema semelhante, alcança outra esfera de legitimação da sucessão¹⁰. Além de garantir o patrimônio aos herdeiros, o direito de sucesso garantia também o culto aos ancestrais, base da religião romana. Ou seja, a antiguidade estava entrelaçada com a religião na mentalidade daquelas pessoas. Eusébio de Cesareia, diferente de Jesus, que parecia não se importar com novidades, dedicou toda a segunda parte do livro I de “História Eclesiástica” para

⁸ Cf. MT 9:14-17; MC 2:18-22; LC 5:33-39

⁹ Cf. Romano, 2017

¹⁰ Cf. Silva, 2015, p. 13

defender a preexistência da doutrina Cristã¹¹. A versatilidade cristã para responder as necessidades do mundo daquele período, por tanto, não estava, necessariamente, ligada a proposta inicial, mas à facilidade de adaptação das primeiras comunidades. Não é Jesus quem faz longos discursos para defender a antiguidade de seu ensinamento, mas os seus sucessores. Segundo José Bittencourt Filho, as sociedades, grupos e culturas possuem uma matriz religiosa própria, ou seja, a confluência de crenças dos diferentes grupos que formam um povo produz um subconsciente religioso comum. Émile Durkheim, citado pelo autor, coloca desta forma.

Acima de todos os dogmas e de todas as condições existe uma fonte de vida religiosa, tão velha quanto a humanidade, e que, não pode jamais se esgotar: é o resultado da fusão das consciências, da fusão da sua comunhão no mesmo pensamento, da sua cooperação em uma mesma obra da ação moralmente tonificante e estimulante que toda a comunidade de homens exercem sobre seus membros. (Filho, 2019, p. 19 apud Durkheim)

Uma nova religião dificilmente se estabelecerá numa sociedade, tendo em vista estas questões, se não abarcar, de alguma forma, estes símbolos religiosos já presentes no subconsciente. Como exemplo disso, Bittencourt fala sobre o protestantismo no Brasil. Segundo ele, por não se encaixar na matriz, o movimento tem sempre um aspecto postiço e momentâneo.

Essa rejeição da Matriz religiosa brasileira, cujos traços principais analisamos no capítulo anterior, foi o princípio do fim do protestantismo tradicional, posto que se tornou incapaz de atingir as camadas mais profundas da subjetividade dos brasileiros e permaneceu como uma proposta importada e algo postiça que serviu para propósitos políticos momentâneos e ou conjunturais. (FILHO, 2019, p. 87)

Bittencourt fala do fenômeno no Brasil em relação aos protestantes, mas ele não é isolado pois, como se viu, foi registrado também por Durkheim. No tempo do Cristo histórico e das primeiras comunidades cristãs as coisas não eram diferentes, era preciso mostrar que aquela religiosidade correspondia as demandas sociais impostas. A crença do sacrifício pela coletividade, por exemplo, não foi uma inovação Cristã e, mesmo em Roma, havia precedentes. No caso de Antínoo, que supostamente cometeu suicídio em nome do Imperador Adriano, Anthony Birley, tratando sobre o

¹¹ Cf. Cesaréia, 2019, p. 16

assunto, diz que, no período, o sacrifício em nome de outrem, ou de uma causa, não era estranho, por tanto, o sacrifício de Jesus e dos mártires, ainda que tocante nos dias de hoje e vistos como um fenômeno jamais visto, na época, não era tão estranho. Vide o relato de Anthony sobre a prática dentro do secto Imperial.

Por otra parte, la idea de entregar la propia vida para salvar la de otra persona era bastante familiar tanto entre los griegos como entre los romanos (...) Resulta alarmante pensar que un miembro del séquito imperial, Julia Balbila, pudo haber puesto las semillas de la idea según la cual Adriano podía alargar su vida de ese modo. Según una historia, su abuelo materno, el astrólogo Balbino, había aconsejado en cierta ocasión a Nerón que hiciera algo similar. Como Suetonio había contado hacía poco, Nerón se había sentido muy trastornado por la aparición durante varios días seguidos de un cometa que, supuestamente, le auguraba algún mal. Balbilo le había aconsejado apartar la cólera del cielo haciendo morir a una persona ilustre. Tácito ofrece una versión más breve sin nombrar a Balbilo, pero dando como fecha el 64 d.C. (BIRLEY, 2010, p. 317)

Esta introdução teológica foi posta para explicar que o presente trabalho não tratará das questões de fé. O leitor não espere que este vá falar sobre o desejo de Jesus para a Igreja, o objetivo não é este, por isso foi deixado claro que nem mesmo os primeiros cristãos tinham uma grande preocupação com a vontade do Cristo Histórico. Na época, essa vontade era uma novidade, geralmente suprimida por tradições que buscavam justificá-la e legitimá-la¹². O objetivo é tratar do processo de construção e mutação, ocorrendo ainda nos tempos atuais, de um fenômeno humano chamado Religião, especificamente, da sua manifestação no ambiente cristão de tradição anglicana. Zwínglio Mota Dias, citando Paulo Tillich, diz que “a Religião é a substância da cultura e a cultura, a forma da religião” (FILHO, 2019, p. 16). Ora, a religião é um fenômeno social e cultural, que, ao ser analisado na progressão do tempo, torna-se fenômeno histórico.

OS PAIS DA IGREJA E A CATOLICIDADE

Nesta parte não será trabalhado o tema da a vinha de Cristo (JO 15:1-12), ou a natureza espiritual da Igreja, mas aquilo que seus primeiros pensadores postularam e

¹² “De como o caráter da religião anunciada por Cristo a todas as nações não era novo nem estranho” (Cesaréia, 2019, p. 25)

como isso influenciou a Cristandade. Primeiramente é importante dizer que o termo católico, quando referido nos momentos primeiros do cristianismo, não estará se referindo ao Cristianismo Romano especificamente. Isto porque Eusébio de Cesaréia, o primeiro historiador da Igreja, guardadas as especificidades temporais do conceito, se propôs a escrever sobre toda a História Eclesiástica da Igreja até o século IV, momento em que vivia, e não fez qualquer apontamento sobre primazia Romana. Não é possível citar uma contra argumentação de Eusébio à primazia romana, pois a ideia simplesmente inexistia no período dele, mas é possível contrapor uma série de mitos que vinculam o conceito de católica apenas à Igreja de Roma.

Primeiramente, está expresso no Catecismo da Igreja de Roma que Pedro foi o Primeiro Bispo, e que a Igreja de Deus se edificou sobre ele, também que é ele o primeiro Papa de Roma e, por isso, sua autoridade de primeiro Bispo estaria nesta Igreja.

85. «O encargo de interpretar autenticamente a Palavra de Deus, escrita ou contida na Tradição, foi confiado só ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo (51), isto é, aos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o bispo de Roma. (...)

553. Jesus confiou a Pedro uma autoridade específica: «Dar-te-ei as chaves do Reino dos céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus; tudo o que desligares na terra será desligado nos céus» (Mt 16, 19). O «poder das chaves» designa a autoridade para governar a Casa de Deus, que é a Igreja. Jesus, o «bom Pastor» (Jo 10, 11), confirmou este cargo depois da sua ressurreição: «Apascenta as minhas ovelhas» (Jo 21, 15-17). O poder de «ligar e desligar» significa a autoridade para absolver os pecados, pronunciar juízos doutrinários e tomar decisões disciplinares na Igreja. Jesus confiou esta autoridade à Igreja pelo ministério dos Apóstolos e particularmente pelo de Pedro, o único a quem confiou explicitamente as chaves do Reino. (Catecismo da Igreja Católica, 1993, pp. 59, 178)

Eusébio, Bispo de Cesaréia, se propôs a escrever a história eclesiástica decorrida até o seu tempo. Este livro é muito importante pois, apesar da necessidade de ser lido criticamente, expressa o pensamento Cristão de um Bispo Católico do final do século III e início do IV. Segue a proposta de Eusébio para seu livro.

É meu propósito consignar as sucessões dos santos apóstolos e os tempos transcorridos desde nosso Salvador até nós; o número e a magnitude dos feitos registrados pela história eclesiástica e o número dos que nela se

sobressaíram no governo e na presidência das igrejas mais ilustres, assim como o número daqueles que em cada geração, de viva voz ou por escrito, foram os embaixadores da palavra de Deus; e também quantos, quais e quando, absorvidos pelo erro e levando ao extremo suas fantasias, proclamaram publicamente a si mesmos introdutores de um mal-chamado saber e devastaram sem piedade, como lobos cruéis, o rebanho de Cristo. (Cesaréia, 2019, p. 15)

Sabendo-se o que consta no catecismo da Igreja Romana, elaborado pelo concílio de Trento no século XVI, e os objetivos dos escritos de um Bispo Católico do Século IV, é possível verificar como os cristãos deste século (IV) conceberiam estas afirmações feitas mais de mil anos depois. O primeiro ponto é a questão do primado de Pedro e o segundo da primazia de Roma. Ora, há, ao menos, quatro citações na História Eclesiástica onde é referido Tiago como o primeiro Bispo¹³. Na mais contundente das referências, Eusébio explica que nem Pedro, nem Tiago (havia dois) e nem João, mesmo sendo estes os preferidos do Senhor, se deram a honra de presidir o primeiro episcopado, elegeram Tiago, o Justo.

Clemente, no livro 4 da *hypotyposeis*, adiciona o seguinte: "porque dizem, depois da ascensão do Salvador, Pedro, Tiago e João, Mesmo tendo sido os preferidos do Salvador, não tomaram para si esta honra, mas elegeram como Bispo de Jerusalém Tiago o Justo." (Cesaréia, 2019, p. 47)

Cabe destacar que a citada escolha se subentende que seja para presidir a Igreja dos Apóstolos, que tinha sé em Jerusalém, não em Roma. Como se vê na citação anterior, conforme a tradição, após a suposta ascensão, tão logo Tiago foi eleito Bispo em Jerusalém. Para lá é que, segundo os atos dos apóstolos, confluíam todas as pessoas que acreditavam em Jesus, ou que se maravilharam com o pentecostes. Como se vê na citação a seguir, o Templo dos Judeus era, também, o centro da fé Cristã.

Todos os que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum: vendiam suas propriedades e bens, e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um. Dia após dia, unânimes, mostravam-se assíduos no Templo e partiam o pão pelas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração. (Bíblia de Jerusalém, 2002, p. 1905)

¹³ Cf. Cesaréia, 2019, pp. 47,69,80,118

Não há qualquer citação bíblica nos Atos dos Apóstolos que dê a entender uma viagem de Pedro a Roma, disto se compreende que a primeira Igreja, a única sé possível dos Cristãos, era Jerusalém. Sobre o grande número dos convertidos que confluíam, a Bíblia os chama como “Judeus Piedosos” (Atos 2,5), Eusébio diz que “naquele tempo, efetivamente, a igreja era toda composta por fiéis hebreus” (Cesaréia, 2019, p. 119). Isto faz retornar a questão de que a primeira Igreja, aquela que era mais próxima do Jesus histórico, acolhia, preferencialmente, (segundo Eusébio era exclusivamente, mas é melhor flexibilizar) judeus, portanto, não lhe cabia o título de “Católica”, que representaria “a afirmação integral dos valores, a abertura ao mundo no sentido mais englobante e mais nobre, o casamento da natureza com a graça, da arte com a religião, da ciência com a fé, a fim de que Deus seja tudo em todos” (Lacoste, 2014, p. 366 apud Adam, 1924, 103). Em Karl Adam a definição de catolicismo vai em direção ao universalismo, e isto não era o que ocorria na comunidade de Jerusalém.

A questão da catolicidade, no que se refere a expansão para todos iniciou, biblicamente, com Barnabé e Paulo, os primeiros a fazerem missão (Atos 13,14). O termo católico, no entanto, foi utilizado pela primeira vez por Inácio de Antioquia (SILVA D. , 1966, p. 21). No contexto de sua fala, o Bispo Inácio quer dizer que onde está o Bispo, ali está a Igreja.

Segui todos ao bispo, como Jesus Cristo segue ao Pai, e ao presbítero como aos apóstolos; respeitai os diáconos como à lei de Deus. Sem o bispo, ninguém faça nada do que diz respeito à Igreja. Considerai legítima a eucaristia realizada pelo bispo ou por alguém que foi encarregado por ele. Onde aparece o bispo, aí esteja a multidão, do mesmo modo onde está Jesus Cristo, aí está a Igreja católica. Sem o bispo não é permitido batizar, nem realizar o ágape. Tudo o que ele aprova, é também agradável a Deus, para que seja legítimo e válido tudo o que se faz. (Padres Apostólicos, 2018, p. 118)

Corroborando com a opinião de Santo Inácio, o Bispo Cipriano de Cartago também aponta a importância do bispo. Para Cipriano, quem ouve um Bispo ouve a Deus, mas, todos os Bispos, seriam iguais em autoridade e dignidade, por isso,

segundo ele, ninguém pode ser Bispo de Bispos¹⁴. Ou seja, no contexto dos Padres Apostólicos, os Bispos eram a autoridade máxima de suas Igrejas e, como visto em Cipriano, não havia Bispos de Bispos. Ainda que a Igreja de Roma seja referida como antigüíssima por Eusébio¹⁵, a sua autoridade sobre as Igrejas do mundo, só aparece reconhecida no século VIII, conforme vê-se no decreto sobre o casamento cristão: “adicionamos esta lei porque o Bispo da Cidade Romana, que é líder das igrejas e dos sacerdotes de Deus por todo o mundo (...)” (Hillgarth, 2004, p. 129). A origem desta liderança, no entanto, não é espiritual, mas bastante secular, segundo Hillgarth, após a queda do Império Romano do Ocidente, a única instituição sobrevivente das ruínas romanas era a Igreja, que, segundo Hillgarth, adquiriu caráter legal e militar, aliada com tradições romanas e impondo-se ao mundo sob a autoridade de um Deus visto como um juiz irado. Estas coisas foram postas por Hillgarth desta forma.

Parte da fascinação dos séculos VI e VII é a existência simultânea desse retrato do mundo, que certamente dominou quase todas as mentes, e a regularidade com que estadistas e administradores cristãos, dos quais Gregório é o exemplo ideal, mantinham a pouca ordem que pode ser salva do passado romano (...) A igreja adquiriu um caráter legal e militar nesse séculos quando sua hierarquia foi modelada a partir da hierarquia militarizada do final do império romano e seu Deus a partir do governante despótico do império e suas imitações inferiores e, os reis bárbaros. (HILLGARTH, 2004, p. 103)

Antes mesmo do século VI, sobre o qual se referiu Hillgarth, era possível perceber o princípio da autoridade da Igreja Romana. Houve uma contenda entre Paulo, Bispo de Antioquia no século III, e demais Bispos Católicos, pois Paulo cria, e ensinava, que Jesus era um homem comum. Diante da incapacidade da Igreja de expulsá-lo de sua cátedra, recorreram à autoridade secular do Imperador Aureliano, que decidiu o assunto dizendo que, a posse do prédio, deveria ser do Bispo que estivesse em correspondência com o Bispo de Roma. Eusébio descreve o fato desta forma.

Mesmo assim, como Paulo não quisesse de modo algum sair do edifício da igreja, o Imperador Aureliano, a quem solicitou, decidiu muito oportunamente o que deveria ser feito, pois ordenou que se outorgasse a casa àqueles com

¹⁴ Cf. SILVA D. , 1966, p. 28

¹⁵ Cf. Cesaréia, 2019, p. 206

quem estivessem em correspondência epistolar os bispos da doutrina da Itália e da cidade de Roma. (Cesaréia, 2019, p. 264)

O Imperador não tomou esta atitude por ser cristão romano, ou católico, mas porque numa discussão ocorrida em uma província, devia se sobrepor àquilo que mais estivesse de acordo com as práticas da capital. Desta forma o Cristianismo nascente, extremamente urbano¹⁶ e dependente das vias do império para sua expansão, se torna constantemente refém de decisões do poder central, não da Igreja, mas do Império. Sobre sua urbanidade trata Hillgarth ao dizer que “a extensão da Igreja afetava primariamente as cidades, que estavam decrescendo em população e importância” (Hillgarth J. N., 2004, p. 67). Quanto à necessidade de suas vias, segundo Vera Oliveira, o alcance dos missionários seria impensável sem as estradas e relativa segurança dada pelo Império aos viajantes.

As facilidades do Império Romano quanto a estradas e segurança no mar também foi outro fator que possibilitou as viagens longas e perigosas, permitindo que pessoas se deslocassem de um lado ao outro, entre várias províncias romanas; isso liberou, para quem podia ou precisasse, as mudanças de localização; o latim, bem como grego, eram línguas como que universais na época, principalmente entre os eruditos, o que permite a uma comunicação mais fácil entre povos diferentes; (OLIVEIRA V. L., 2017, p. 23)

Ao compreender que a autoridade episcopal romana sobre o mundo não tem origem cristã primitiva, mas meramente secular, que mesmo o termo Papa não foi uma iniciativa romana, tendo sido utilizado primeiro para se referir ao Bispo de Cartago¹⁷, é possível ir em frente e tratar da expansão da fé que chegou até à Inglaterra.

¹⁶ Cf. HILLGARTH, 2004, p. 67

¹⁷ (Cesaréia, 2019, p. 238)

3. A IGREJA CELTA, AS MISSÕES GREGORIANAS E O SÍNODO DE WHITBY

Há duas formas de contar a origem do cristianismo na Inglaterra. Estas formas não são dicotômicas, mas relatam dois processos diferentes, não opostos, que podem produzir compreensões completamente divergentes a respeito da história da Igreja Anglicana. Há diversas esferas a serem abordadas ao tratar deste tema, geográficas, sociais, teológicas e aquela para a qual estas convergem, a ciência histórica. Provavelmente por isso, muitos pesquisadores que pretendem produzir material sobre o cristianismo inglês apenas brevemente citam a versão que será inicialmente estudada aqui e mantêm seu foco naquela que foi vencedora. O tema a ser tratado neste capítulo, portanto, abordará a cristianização do norte da Inglaterra, feita a partir da Igreja Celta, com Sé em Iona. De lá procedem grandes nomes do Cristianismo, como o de Santa Brígida, São Patrício, São Columba e São Columbano. Em um segundo momento, analisaremos a cristianização feita a partir do sul do país, iniciada por Santo Agostinho de Cantuária, a mando do Bispo de Roma. Na terceira parte o assunto será o Sínodo de Whitby (664). Nesta reunião de lideranças cristãs inglesas, convocada pelo Rei Oswig (642-670), o monarca pretendia dar um ponto final aos atritos e discordâncias que dividiam as duas Igrejas presentes no reino. A Igreja do Sul, sob a tutela do Bispo de Roma, e a do Norte, que ainda mantinha a autonomia episcopal do período católico¹⁸.

Tendo em vista a versatilidade do termo “católico”, a expressão “período católico” se empregará aqui para referir-se ao momento que vai desde o uso da palavra por Inácio de Antioquia até a monarquização da Igreja pelos Merovíngios. Ainda que, pela tradição, a primeira missão cristã para não judeus tenha se dado com Paulo e Barnabé, uma fonte bíblica não parece historicamente confiável. Então se considere que, no contexto deste trabalho, do primeiro uso do termo católico (107-110d.C)¹⁹, quando qualquer Bispo, em qualquer lugar, levava consigo a plenitude da Igreja. Até a unção dos reis, quando a própria Igreja concedeu ao monarca autoridade sobre ela

¹⁹ Cf. Padres Apostólicos, 2018, p. 181

mesma (672 d.C.)²⁰, viveu-se o período católico, em que a Igreja podia desenvolver-se em qualquer lugar sem autoridade territorial.

A Igreja Celta

Esta comunidade cristã é característica do período que se optou por chamar “católico”. Nasceu de forma autóctone, com lideranças locais, e desenvolveu sua estrutura e identidade de forma profundamente vinculada ao contexto em que se inseria. Ainda que seja muito anterior à presença de Santo Agostinho nas ilhas, e por meio dela seja possível legitimar a antiguidade e autonomia da Igreja Anglicana em relação a Roma, os autores, mesmo anglicanos, mantêm seu foco histórico em Agostinho, provavelmente por questões metódicas. No início do século XX, as demandas acadêmicas pediam historiografias globalizantes, quer dizer, histórias gerais, que pudessem ser documentalmente mais palpáveis e que conseguissem responder questões amplas. Desta forma, a opção por contar sobre o cristianismo romano na Inglaterra se tornava óbvia, pois tinha um princípio institucional. Diferente da Igreja na qual o próprio nome “Igreja Celta” não era geralmente reconhecido. José Cardozo explica este processo de uma história ampla, para uma mais focada.

No início do século XX, havia a necessidade de esclarecimentos que fossem globalizantes e não os que explicassem casos particulares ou isolados; isso ocorreu com todas as Ciências Humanas na ambição por legitimação no ambiente universitário, por meio da busca pelas Cátedras disciplinares, que eram o ponto máximo do reconhecimento acadêmico. No entanto, por volta de 1968, num contexto de grande turbulência social, muda-se a abordagem de investigação. Já que o Global não poderia ser atingido, como apontado acima, os pesquisadores deveriam levar [...] em conta o papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com seus respectivos planos, consciências, representações (imaginário), crenças, valores, desejos. (CARDOZO, 2010, p. 34)

Ou seja, há uma macro história, generalista e com um certo toque de positivismo, por fazer uma leitura esquematizada. E uma micro-história, que tomaria conta dos detalhes, ou da vida das pessoas comuns. Pelo que se sabe sobre a Igreja Celta, seria muito difícil pensa-la com os instrumentos historiográficos oferecidos até

²⁰ Cf. Hillgarth, 2004, p. 105

meados do século XX. Sua organização era descentralizada, provavelmente o termo mais adequado fosse “Igrejas Celtas” já que, como Bray deixa bastante claro, apesar de características culturais comuns, entre as Igrejas da Escócia, Irlanda e Wales, haviam profundas diferenças²¹. Também Loyn, em seu “Dicionário da Idade Média”, atesta que com exceção da hágio ancestralidade, as raízes das fundações destas Igrejas também variavam, vide a citação.

Como os mesmos santos eram venerados no País de Gales, Cornualha e Bretanha, autores medievais e outros mais recentes supuseram erradamente que a única explicação possível para o tão difundido culto comum eram as origens também comuns. Não havia, contudo, uma Igreja céltica dotada de organização unitária e prática comum em todas as áreas celtas. A prática e as instituições eram extremamente diversas nas diferentes regiões; os clérigos celtas nunca se reuniram como um grupo nem reconheceram uma figura que lhes presidisse. Compartilhavam, porém, de uma característica comum: a veneração de santos locais secundários, como Cadogou Mochutu, sem culto pan-europeu, parece ter sido muito mais habitual e mantida por muito mais tempo nas regiões célticas do que em outras. (LOYN, 1997, p. 214)

Tinham organização por clãs, assim como já era costume dos pagãos locais. Sua autoridade máxima costumava ser a abadessa ou o abade, que já eram de famílias com algum poder político. Se diz que estas comunidades eram prejudicadas pelo sistema da macro história porque a Igreja de Roma tinha um modelo de Igreja implantando filiais. Enquanto que, ao falar sobre os celtas, cada caso tinha suas especificidades. Esta diversidade exigia uma análise mais de detalhada, um olhar globalista não seria suficiente.

São várias as lendas e histórias sobre a cristianização das ilhas britânicas. Algumas, mais míticas, falam de São José de Arimatéia, que teria levado para lá o Santo Graal e fundado uma Igreja. Outras, mais factíveis, sugerem que após a queda do Templo de Jerusalém (70d.C), entre os judeus que fugiram havia também cristãos, que teriam se refugiado nas ilhas e iniciado as pregações que originaram o Cristianismo Celta. Seja como for, o mais provável é que, como já foi visto,²² o cristianismo tenha usado as vias do Império Romano para chegar lá, seja através de

²¹ Cf. BRAY, 2018, p. 251

²² Cf. Página 15

refugiados, comerciantes ou soldados. É possível que tenha surgido qualquer estranheza quando se comentou que a evangelização pode ter começado ainda no século I d.C, já que muitos creem que a evangelização da Irlanda, por exemplo, só teria iniciado com São Patrício, no século V. No entanto, historiadores como Hilgarth e Vera Oliveira ²³atestam que o Cristianismo chegou na Britânia muito antes do que se convencionou, referenciando, principalmente, um texto de Tertuliano para defender esta hipótese. Afim de demonstrar a facticidade desta teoria, segue o um recorte do texto de Tertuliano, “Adversus Iudaeos”, escrito no século II, conforme consta na fonte primária.

O que vemos já realizado. A quem, de fato, Deus, o Pai, segura sua mão direita, exceto Cristo, seu Filho, a quem todas as nações ouviram, isto é, a quem todas as nações creram, e cujos apóstolos e pregadores são mostrados nos Salmos de Davi, diz ele, Seu som foi por toda a terra e suas palavras até os confins da terra? Para quem mais todas as nações creram, exceto em Cristo que já veio? Em quem as nações acreditaram, os partos, os medos e os elamitas, e aqueles que moram na Mesopotâmia, Armênia, Frígia, Capadócia, os romanos e os habitantes moravam no Ponto e na Ásia, e os habitantes da Panfília, permanecendo no Egito e as regiões da África além de Cirene, depois, também em Jerusalém, os judeus e outras nações, como já muitos territórios da Gaetuliana e dos Mouros, todas as fronteiras da Espanha e da Gália, diversas nações e bretões, lugares inacessíveis aos romanos; desconhecidos para nós, e que podemos contar menos? (TERTULLIANI, 2002)

Então, como é possível ver, no século II o Cristianismo já tinha se espalhado por todo o Império. São Patrício e Santa Brígida nasceram no século V, São Columba e Columbano no século VI. Quando os santos evangelizadores chegaram nas ilhas, assim como Santo Agostinho, eles também encontraram uma Igreja que já estava lá. No caso de Brígida, que não era uma missionária, mas havia nascido na Igreja Celta, pois sua mãe foi batizada por São Patrício, fundou diversos monastérios, o que rendeu estranhamentos no século VI. Os missionários de Santo Agostinho, conforme a visão romana, não aceitavam que mulheres tivessem jurisdição sobre homens, Brígida era abadessa de conventos duplos, ou seja, liderava homens e mulheres. A presença de mulheres com plenos poderes nos conventos, bem como acolhendo ambos os

²³ Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 23 e Hilgarth, 2004, p. 136

gêneros, era uma característica do monasticismo da Igreja Celta, como se vê na citação.

Outra singularidade do monaquismo nomeado celta era a fundação dos mosteiros “duplos”. Mulheres eram aceitas nos serviços monásticos, desde que estivessem separadas dos homens. O poder da mulher nesse meio é emblemático desde Brígida, designada posteriormente Santa Brígida, que fundou vários mosteiros na região de Kildare no século V. No norte da Grã Bretanha, durante o século VII, todos os mosteiros eram construídos em versão feminina e masculina. Um dos mosteiros “duplos” mais proeminentes foi Whitby, onde Aidan nomeou como abadessa Hilda, filha do rei Oswy, também conhecido como Oswiu, que foi rei na Bernícia, Deira e alguns outros territórios de 642 d.C. a 670 d.C. (WAGENHEIMER, 2018, p. 138)²⁴

Este não foi o único desencontro eclesiológico entre os missionários de Roma e os Cristãos celtas. Inclusive foi mais fácil para os missionários de Gregório se estabelecerem entre os pagãos do Sul que entre os cristãos do Norte²⁵. Isso porque, para o paganismo, o cristianismo romano era apenas mais uma forma de culto, de mais um Deus. Enquanto que os cristãos celtas não haviam participado de três concílios gerais, pois estavam sob domínio saxão, por isso viam as novas configurações cristãs de Roma como heréticas. São muitas as referências que apontam o contato da Igreja Celta com as Igrejas do período católico, seus Bispos estiveram presentes em, ao menos, dois concílios, o de Arles e o de Rimini, como garante Vargas.

Em 314, por ocasião do Concílio de Arles, três bispos representaram a Bretanha, o que denota já um avanço considerável da Igreja numa base diocesana. Anos mais tarde, em 359, alguns bispos britânicos estiveram presentes num dos maiores concílios da Igreja - o de Rimini, ainda que com uma fraca representação. (VARGAS M. E., 1999, p. 10)

No ano de 410, segundo Duque²⁶, houve a retirada das tropas romanas da Bretanha. Viu-se anteriormente que, segundo Vera Oliveira²⁷, as vias do império eram

²⁴ Cf. WAGENHEIMER, 2018, p. 138, apud BRAY, 2018, p. 258; BROWN, 2003, p.52.

²⁵ Maria Ester Vargas diz que os missionários Romanos foram surpreendentemente bem Recebidos em Kent, que o Rei Etelberto, provavelmente por influência da esposa, já cristã, acolheu bem os recém chegados. Ao passo que os cristãos do norte se negavam a converter anglo-saxões, acreditavam se tratar de pessoas más, que os perseguiram e prejudicaram sua tradição, por isso entraram em atrito com os romanos. (VARGAS M. E., 1999, p. 13)

²⁶ Cf. DUQUE, 2012, p. 10

²⁷ Cf. Página 15

necessárias para a expansão e manutenção da unidade Cristã, ou seja, serviam para facilitar os encontros conciliares. Pode-se antever disso que, na ausência da autoridade romana, aqueles cristãos não tiveram contato conciliar até as missões de Gregório I, iniciadas no ano de 595. As Igrejas de tradição Celta, ou insular, ficaram indiferentes as mudanças gerais da cristandade representadas nos concílios de Éfeso (431), Calcedônia (451) e II Constantinopla (553). Mas, para entender melhor porque tantas diferenças, é preciso conhecer a organização religiosa e social dos Povos Celtas.

Sabe-se, principalmente através de Júlio César, que as sociedades de tradição celta eram divididas em dois ou três grupos. Quer dizer, era possível haver duas divisões, o que seria a elite e os trabalhadores, ou três, dividindo esta primeira aristocracia em dois grupos: druidas e guerreiros, e, neste caso, o grupo laboral seria o terceiro. Em boa parte dos trabalhos consultados para a construção desta pesquisa, no que diz respeito às sociedades celtas, a citação do relato de César é recorrente, por isso, parece pertinente reproduzir algumas passagens desta fonte para melhor compreensão do assunto. Neste caso, das divisões sociais, o ditador romano refere-se desta forma.

Dois são em toda a Gália os gêneros de homens, que são tidos em alguma conta e estimação. Pois a plebe, que nada ousa por si, e a nenhum conselho é admitida, quase é tida no lugar de escravos. (...) Mas destes dois gêneros um é o dos druidas, o outro, o dos cavaleiros. (CÉSAR, 1941, p. 13)

Outra informação bastante pertinente, também relatada por Júlio César, diz respeito as funções e a organização dos druidas. Este grupo merece maior destaque, em detrimento dos guerreiros, pois, como se verá em seguida, eram os responsáveis pelos aspectos religiosos, pela organização social e jurídica desta sociedade. Estas atividades, posteriormente, serão desempenhadas pelos abades da Igreja Celta. Mas, por enquanto, é válido analisar também esta informação na fonte primaria.

Na Gália há duas classes de pessoas de clara importância e dignidade [...] Os Druidas, a outra os Cavaleiros. Os primeiros concernem-se com a adoração do divino, a devida performance dos sacrifícios, públicos e privados, e a interpretação religiosa: um grande número de jovens junta-se a eles visando instrução e os têm em grande honra. De fato, são eles quem decidem quase todas as disputas, públicas e privadas; e se qualquer crime é cometido, ou assassinato realizado, ou há alguma disputa de sucessão ou fronteiras, eles também as decidem, determinando as recompensas e punições [...]. De

todos esses Druidas um é o chefe, que tem a maior autoridade dentre eles. Em sua morte, ou outro druida de preeminente posição o sucede, ou, se são muitos de igual preeminência, eles disputam a primazia pelo voto ou, algumas vezes, mesmo pela força. Os Druidas, em dado momento do ano, se encontram dentro da fronteira dos Carnutes, cujo território é reconhecido como o centro de toda a Gália e sentam em conclave em um local consagrado. Para esse local vão, de todos os lados, todos aqueles que têm disputas, e eles obedecem às decisões e aos julgamentos dos Druidas. (CÉSAR, 1941, p. 13)

O específico relato anterior de César foi reproduzido também por Nelson de Paiva Bondioli, pós-doutor em história pela Universidade Federal do Espírito Santo, em sua pesquisa sobre pós-colonialismo na Antiguidade²⁸. É importante falar sobre o trabalho do Prof. Dr. Paiva Bondioli pois, ainda que primária, uma fonte deve ser contextualizada e analisada criticamente. O uso dos relatórios de César neste trabalho não deve causar a má impressão de que, ao tentar construir uma história cristã Inglesa menos dependente de Roma, se recorreu aos relatos imperialistas como íntegros e verdadeiros. É importante dizer que César escreveu desde a Gália, mas como esta região também era habitada por celtas, os escritos contribuem para a compreensão da estrutura social Britânica. Seus escritos devem ser vistos, neste trabalho, com criticidade, sabendo que o observador dos gauleses, neste caso Caio Júlio, buscava encontrar similaridades com a sua sociedade para explicar ao Senado Romano o que estava vendo. Acresce-se a isso a necessidade de relatar de acordo com os interesses políticos dos senadores. Bidoli coloca desta maneira.

Não deve, ou ao menos não deveria, surgir como uma surpresa ao pesquisador, se deparar já na Antiguidade com esses discursos em que um extenso rol de técnicas retóricas é utilizado na categorização e subalternização do Outro; em que a conquista e dominação são justificadas pela desumanização de determinados grupos étnicos. O expediente colonialista aparece de forma clara entre os romanos. (BONDIOLI, 2016, p. 208)

Este adendo sobre a visão imperialista se contrapondo a uma história descolonizada se fez necessário por dois motivos. O primeiro é que, como foi dito na página 18 deste trabalho, a Igreja Celta não era uma Igreja, mas “Igrejas”, que tem sua trajetória reduzida diante de uma instituições mais robusta. Por tanto, é adequado

²⁸ Cf. BONDIOLI, 2016

que ao pesquisa-la se use um método que considere a “pluralidade e diversidade de vozes e abordagens cujo objetivo, se não propriamente for o de dar voz aos oprimidos, é analisar, entender e criticar o contexto de opressão” (BONDIOLI, 2016, p. 204). A segunda razão é que o mesmo relatório utilizado para compreender a função social destes sacerdotes, *De Bello Gállico*, faz muitas referências ao barbarismo dos mesmos, como se vê a seguir.

Toda a nação dos gauleses é muitíssimo devota de observações rituais, e por esta razão aqueles que são afligidos com as mais graves doenças e aqueles que estão engajados em perigo de batalha ou sacrificam vítimas humanas, ou fazem voto de fazê-lo, empregando os Druidas como ministros para estes sacrifícios. [...] Outros usam figuras de imenso tamanho, cujos membros feitos de galhos são preenchidos com homens vivos; Eles colocam fogo e os homens morrem nas chamas. Eles acreditam que a execução daqueles que tenham sido presos por roubo e furto ou outro crime sejam mais atrativos aos deuses imortais; mas quando o suprimento destes falta, recorrem à execução de inocentes. (BONDIOLI, 2016, p. 212 apud CÉSAR, 1941, L. VI. P. 16)

Não se quer dizer que havia ou não sacrifícios humanos na religião tradicional celta, mas que tendo em vista os interesses escusos, é mais seguro ater-se a função social dos druidas, e não necessariamente sobre como ela era desempenhada. O resultado das interações entre romanos e povos de cultura celta, neste caso os gauleses, demonstra que havia, de fato, um projeto de degradação de imagem em curso. A afirmação anterior foi constatada pelo professor Kendrick, primeiramente porque, segundo ele:

Este é o verdadeiro segredo do antigo respeito que o mundo clássico mostrou pelos druidas: que a sua reputação não repousava na sua doutrina religiosa, nem na filosofia ou sabedoria, mas na habilidade em controlar a mente popular pela ação coletiva e coordenada como um corpo de pedagogos. (LUPI, 2012, p. 77 apud KENDRICK, 1927)

Os druidas, na condição de sacerdotes, tinham precedência mesmo sobre os reis, ainda que estes pudessem ser apenas da classe dos cavaleiros²⁹. Ou seja, em tudo eram ouvidos, eram eles os gestores daquela sociedade e era impossível dominá-la sem tira-los de atuação. Então há a constatação, feita pelo professor Lupi, de que houve um desgaste intencional da imagem daquelas lideranças, e era aqui que

²⁹ Cf. LUPI, 2012, p. 71

se pretendia chegar com a relativização das descrições de Julio César. Lupi, com base em Kendrick, diz o seguinte.

Após analisar detidamente os testemunhos dos romanos e de relacioná-los com o contexto histórico Kendrick (o. c. 98-99) é taxativo: até à época do Império os druidas gozavam de excelente reputação, mas rapidamente a perderam, e aos olhos dos romanos eles se foram convertendo cada vez mais numa classe religiosa dedicada a superstições e feitiçarias. Mas Ellis (o. c. 60-61, 74, e 77) tem outra opinião: ele julga quase todos os escritores, tanto romanos como gregos (particularmente Estrabão) do tempo do Império favoráveis à política de ocupação e domínio, e suas críticas aos druidas seriam devidas mais à intenção de justificativa da conquista do que ao desprestígio dos druidas. (LUPI, 2012, p. 73)

É importante lembrar que, apesar dos problemas das fontes julianas, elas se tratam de relatórios de um general, certas esquematizações não implicam que as pessoas viviam em caixinhas, no que diz respeito as divisões sociais, isso tem mais a ver com César e sua função que com a sociedade celta. No entanto, a mesma característica que faz os documentos de César serem vistos com desconfiança, pois sendo general e político tinha interesses, faz com que tenham certa credibilidade, pois sendo general e político não poderia escrever um devaneio completo. O Prof. Dr. João Lupi, em seu artigo “Os Druidas” fala, por exemplo, que a própria classe dos druidas poderia ter divisões internas, além daquelas citadas pelo ditador, segundo algumas fontes, bardos, poetas e sacerdotes eram subvisões da categoria druida. Outros dizem que druidas eram os sacerdotes, e estes outros dois grupos os circundavam, ou ainda, bardos, adivinhos e sacerdotes eram a fragmentação das atividades dos antigos druidas, mas que se referiam ao período de declínio da suas sociedades, então os conhecimentos específicos da categoria não eram mais integralmente desenvolvidos. O Prof. Lupi refere-se desta forma.

Mais discutida é a distribuição das três ordens, que segundo Estrabão eram exercidas por grupos distintos, mas outras fontes consideram que constituíam uma só ordem – a druídica – com funções distintas: a sacerdotal, a poética, e a divinatória. A favor desta opinião estão os testemunhos de que os druidas exerciam a profecia e a adivinhação, e que eram poetas compositores, declamadores e músicos. Segundo esta hipótese a especialização e autonomia dos bardos e adivinhos teria se originado do progressivo declínio do reconhecimento social e do poder dos druidas. (LUPI, 2012, p. 74)

A impressão que pode causar quando se atem a este debate majoritariamente retórico sobre quem eram os druidas é que não há um solo firme para falar sobre eles. E, se houver está impressão, ela está correta, assim como romanos, em seu tempo, usaram imagens de druidas cruéis e sanguinários para prejudicar as sociedades gaulesas, franceses e ingleses, bem mais tarde, deram inúmeras virtudes a estes vultos históricos, para criar uma ancestralidade que pudesse competir com filósofos e pensadores greco-romanos³⁰. Esta maleabilidade histórica se deve a ausência de fontes contemporâneas a estas pessoas que pudessem ser mais precisas. Principalmente no que se refere ao espaço geográfico deste trabalho, qualquer citação sobre estes sacerdotes que o habitavam só se deu em relatos posteriores ao seu declínio, como se vê a seguir.

Na organização social Estrabão diz (Geografia IV 4, 197-198), que todos os celtas têm três classes de homens que são especialmente venerados: bardos (bardoí), adivinhos (uáteis, vates) e druidas (druidai). É a única afirmação disponível que estabelece a classe social dos druidas como própria de todos os celtas, pois os testemunhos da época só nos falam dos druidas dos gauleses – por vezes chamados de gálatas; das ilhas só sabemos da existência dos druidas por documentos posteriores ao seu declínio ou desaparecimento, e de todos os outros celtas nada sabemos; as fontes de informação – arqueologia, filologia, cultura popular, toponímia, e epigrafia – não oferecem muitos dados que esclareçam o que nos chegou dos textos apresentados, e os escritos do período cristão devem ser sujeitos a cuidadosa crítica. (LUPI, 2012, p. 74)

Tendo analisado o que é relativamente seguro dizer sobre os líderes religiosos celtas, agora passasse a compreensão da forma como se organizavam socialmente. É muito comum ler que os celtas se organizavam em tribos, mas isso, segundo Javier de Hoz, da Universidade de Salamanca, é um equivoco. Ele diz dizia que há uma dimensão organizacional comum a grande parte dos povos indo-europeus que é maior que o núcleo familiar básico, mas menor que o núcleo político mínimo.

Hasta 1986 se daba por supuesto que estábamos ante linajes de carácter tribal, reflejo de una estructura social primitiva. Desde entonces la mayor parte de los investigadores han abandonado la teoría tribal sin que se llegue a una idea bien definida. (...) Lo que encontramos en las distintas lenguas son

³⁰“O “excessivo” fica por conta de todas as idealizações que ingleses e franceses fizeram acerca dos druidas desde o século XVI, à procura de antepassados nobres e dignos que os colocassem a par com a civilização greco-romana” (LUPI, 2012, p. 71)

varios términos, en muchos casos pertenecientes a las mismas raíces que *vīs* y *zantu*, que se refieren a distintos grupos, a menudo difíciles de definir, pero en todo caso más amplios que la familia nuclear e inferiores a la comunidad política mínima. (HOZ, 2014, pp. 359, 360)

O que Hoz quer dizer é que há um sistema muito semelhante aos *genos* e aos *nomos*, por exemplo. Este primeiro representava “o agrupamento primitivo, o *genos* ou família, compreendia todos aqueles que eram arrolados como descendentes de um antepassado comum e que possuíam um culto doméstico particular” (JARDÉ, 1977, p. 1). Da mesma forma os *nomos* do Egito. Assim também, por fim, os celtas, de modo geral, organizavam-se em agrupamentos familiares que se estendiam até a quarta geração, tendo sempre um ancestral comum que, além da herança sanguínea, representava uma divindade doméstica, conforme Hoz.

En primer lugar el grupo celtibérico parece tener una función amplia de identificador social, un celtibero se define como «hijo de X» y «perteneciente al grupo de los descendientes de Y», y esto no encaja en absoluto con una agrupación del tipo de la *derbfine* sino que parece estar más cerca del tipo *cenél*. En segundo lugar, los grupos familiares no sólo persisten en época romana sino que incluso aparecen en la nomenclatura de ciudadanos cuya herencia, y todo lo relativo a sus propiedades, debería necesariamente regirse por el *ius civile*. (...) Que el grupo celtibérico tenía funciones específicas lo podemos deducir de algunas inscripciones de propiedad en que no figura un propietario individual sino una mención de grupo; tomando en consideración los soportes de esas inscripciones F. Burillo ha planteado una atractiva hipótesis que implicaría que los grupos familiares tenían cultos que les eran propios, lo que no sería impropio de linajes prolongados, pero para ello utilizarían recipientes marcados como propiedad del grupo, lo que, al igual que en el caso de que esos recipientes no tuviesen función religiosa, se explica mejor en el contexto de grupos de duración limitada y con personalidad jurídica precisa. (HOZ, 2014, p. 372)

O agrupamento básico, tanto entre egípcios, gregos e celtas, tinha como origem um ancestral comum divinizado e a figura de um “Pater familias”, ou seja, um líder que se destacava por algum motivo e que presidia o culto doméstico. O termo anteriormente citado para conceituar o líder, e popularizado pelo direito romano, define-se da seguinte forma.

A família romana, durante séculos, apresenta organização patriarcal. Significa isso que a família era, essencialmente, um grupo de pessoas subordinadas à autoridade de um chefe. Esse grupo de pessoas se dizia “gens” e (como lembra Monier) tinha um sentido político anterior à cidade. Era a predominância da vontade masculina sobre a feminina, a supremacia da “condictio maris” sobre a “condictio feminae”. . . Lewis e Short ligam esse termo à raiz “gen”, que indica os indivíduos ligados pelo nascimento ou descendência; e definem o vocábulo como “raça ou clan abrangendo várias famílias unidas por um nome comum e determinados ritos religiosos”, pois, em verdade, o chefe da gens era também o chefe do culto doméstico. (PAES, 2019, p. 19)

Ainda que este modelo de organização estivesse presente em diversos lugares, entre os celtas ele parece ter sido um pouco mais prolongado. No Egito ele acaba com a unificação do Alto e Baixo Egito (3100 a.C), com os Gregos, durante o fim do período homérico (1150 a.C), entre os Romanos, com o surgimento da República (510 a.C.). Mas, no território Bretão, segundo Hoz, mesmo sob o domínio Romano, iniciado em 52 a.C., os Gauleses mantinham sua estrutura originária (HOZ, 2014, p. 372). Este contato a longo prazo explica algumas das características do monasticismo céltico ou insular.

Não é claro como teria surgido o monasticismo cristão, só se sabe que é muito antigo, provavelmente já se encontrasse no período primitivo. Sobre a vida monástica é importante dizer que precede o Cristianismo. Como se viu anteriormente, na página sete deste trabalho, as mortificações do corpo, por parte dos seguidores de doutrinas ascetas, já se faziam presentes em todo o Império Romano, e o monasticismo, que de certa forma também propõe o controle da mente sobre o corpo, é encontrado em diversas religiões orientais anteriores ao cristianismo. Como atesta Geraldo Dias, sobre a pré-existência do monasticismo e da forma de vida asceta no oriente.

O monaquismo é, na Igreja Católica, um movimento ascético-espiritual com origens no Médio Oriente: Egito, Palestina, Síria e Capadócia. Foi lá que

foram beber inspiração e ânimo S. Jerónimo e João Cassiano. Este último foi, deveras, influente para o monaquismo ocidental, que, na Península Ibérica, possivelmente, fora cultivado por Prisciliano e até por mulheres, como Egéria, natural da Galécia e «mulier curiosa», como ela se define, a qual deixou uma obra célebre de viagens pela Terra Santa, a «Peregrinatio Egeriae». Todavia, o grande patriarca do monaquismo na Galécia, ainda em tempos dos suevos, parece ter sido S. Martinho de Dume e Braga (†579), natural da Panónia (Hungria), o qual, depois duma viagem à Terra Santa, veio ter a esta região e, influenciado pelo ascetismo do Oriente, mandou traduzir para latim os «Apotegmata Patrum» no intuito de influenciar e doutrinar aqueles que aderissem ao seu projecto monástico. (DIAS, 2011, p. 151)

Segundo Vargas, o Cristianismo valorizava, desde o início, as pessoas castas, consagradas, fossem homens ou mulheres, mas elas não eram apartadas da sociedade, sequer usavam vestes especiais ou passavam por um rito para isso. As coisas começaram a mudar, ainda segundo Maria Vargas, com a criação do rito Velário, no século IV. Um ato público de consagração das virgens que passou a conferir um certo status para quem passasse por ele, tornou-se uma moda na aristocracia romana (VARGAS M. , 1999, p. 3). A importância de se falar sobre os mosteiros é porque eles foram os responsáveis por boa parte da expansão da vida Cristã. O cristianismo celta, objeto de estudo neste momento, era organizado de forma completamente monástica. É possível ser um monge de diversas formas, há, por exemplo, os famosos padres do deserto, mas o assunto pertinente aqui é sobre aqueles que viviam em comunidades, ou mosteiros. Essencialmente já é possível compreender nesta parte que um monge é alguém que opta por práticas ascetas, sejam integralmente ou em momentos específicos. Normalmente, principalmente no ocidente, estas mudanças de atitudes não se dão de forma desordenada, mas há uma regra, regendo os mosteiros, que o monge deve observar, sobretudo para a vida em comunidade. Sobre estas regras, Vargas diz o que segue.

Aliás, a fundação de mosteiros no Ocidente está sempre ligada à elaboração de um conjunto de normas orientadoras na organização dos Institutos de Vida Consagrada, utilizando a terminologia do actual Código do Direito Canónico.

Santo Agostinho de Hipona foi outro nome deste período, escrevendo, igualmente, uma Regra que viria a obter grande sucesso na Idade Média. São Martinho de Tours notabilizou-se também, através da fundação de mosteiros, entre os quais se salientam os de Ligugé e Marmoutier. Referência ainda para

os nomes de Columba e Patrício, grandes impulsionadores do monaquismo celta.

Primordial se torna falar de São Bento de Núrsia - "last but not least" -, cuja Regra iria reger durante vários séculos quase todos os mosteiros do Ocidente, tornando-se numa grande personagem, senão maior, entre aqueles que fundaram mosteiros e escreveram Regras, sendo justamente chamado "Pai dos Monges do Ocidente" e designado Patrono da Europa.

Como visto anteriormente, havia várias correntes filosóficas sobre a vida monasterial. Alguns eram beneditinos, outros agostinianos e mais tantos outros que fundaram ordens. Ainda que tivessem em comum a busca por uma elevação espiritual, geralmente se privando de prazeres e vivendo em uma comunidade fraterna, cada monastério, de cada região, tinha suas próprias características culturais. A introdução sobre a cultura celta, feita anteriormente, ganha significância nesta parte do trabalho. A organização por clãs, tendo o "pater familie" como chefe da família e líder religioso que presta culto aos ancestrais se manteve, mesmo no período cristão.

AS MISSÕES GREGORIANAS

Na ordem de São Bento, inicialmente, quem deveria eleger o abade era a congregação, mas, mais tarde, as imposições romanas foram mudando o cenário e, como atesta Vargas, quando se dá o encontro entre o monasticismo continental e o Britânico, há um problema de ordem eclesiástica. Todas as funções administrativas pertenciam aos abades e abadessas. Os Bispos celtas tinham apenas jurisdição espiritual, conquistada por manifestos atos de santidade e estavam sob jurisdição dos abades e abadessas (VARGAS M. E., 1999, p. 14). Ainda que a Igreja Celta tenha mantido contato com demais Igrejas por certo período, comparecendo ao "sínodo de Arles de 314 d.C." que "registra que compareceram os bispos Eborius de York, Restitus de Londres e Adelphius (possivelmente de Lincoln)" (BELMAIA, 2018, p. 131). Este contato foi suspenso pelas invasões saxônicas (410d.C), que isolaram a Igreja Celta deixando-a a margem da expansão do cristianismo imperialista de Roma. Isto explica porque os monastérios das ilhas permaneciam com um sistema semelhante ao iniciado por São Bento, sendo a própria congregação a eleitora dos abades e abadessas e estes últimos as autoridades máximas dos monastérios. A imposição dos episcopos como líderes absolutos, inclusive dentro dos monastérios, foi decidida no concílio de Calcedônia (451 d.C.). Isto provavelmente se deva ao fato

de que os abades eram pobres e celibatários, ao passo que os episcopos tinham autoridade quase monárquica. Mantê-los era saudável a saúde financeira da Igreja que, desde o início, temia a pobreza monástica. Conforme Belmaia.

Apesar da popularidade de *Vita Antonii*, os rigores da vida asceta não encontraram um apelo geral. Primeiro, porque os ideais de celibato foram considerados até ofensivos para os cristãos casados do século IV; depois, houve uma preocupação com os bens materiais e a dilapidação do patrimônio caso um eclesiástico decidisse por uma vida ascética, sobretudo, porque àquela altura, a maior parte dos eclesiásticos consagrados bispos, por exemplo, pertenciam à nobreza. (BELMAIA, 2018, p. 127)

O desagrado dos monges foi tanto que a Igreja precisou chamar um novo concílio, o de Arles. Ficou decidido então que os Bispos dependeriam da autoridade do Abade para inserir e tirar pessoas dos mosteiros. Também que a autoridade direta do episcopo incidiria, somente, sobre os monges ordenados. De modo que, segundo Belmaia, os abades permitiam apenas a ordenação de um frade, como se vê.

Após tensões entre abades e bispos, o concílio de Arles (455 d.C.) limitou a autoridade dos bispos, determinando que os mesmos não poderiam introduzir “estranhos” ou exercer o seu ministério no mosteiro sem a permissão do abade, e todos os monges “leigos” (aqueles que não haviam feito os votos) ficariam sob responsabilidade apenas do abade. Em outras palavras, apesar da sujeição ao bispo, o abade gozava de certa autoridade no interior de suas dependências. Quando os mosteiros começaram a construir suas próprias igrejas, houve mais competições de poder. A fim de resguardar a autoridade do abade, optou-se por designar apenas um monge para atividades litúrgicas e serviços à população, uma vez que os monges ordenados, responsáveis por rezar a missa nas igrejas monásticas, estavam sob o controle do bispo no século VI. (BELMAIA, 2018, p. 130)

Quando se deu as decisões do Concílio de Calcedônia (451d.C) a Igreja Celta estava isolada no norte das ilhas. Belmaia explica está situação da seguinte maneira.

Com o aumento do monaquismo, uma disputa de poderes com a Igreja ganha holofotes. Dunn (2000: 96) recorda que o concílio da Calcedônia, em 451 d.C., declarou que todos os mosteiros estariam, a partir de então, formalmente sujeitos à autoridade do bispo da diocese em que se situavam e apenas os bispos poderiam deferir a autorização para a fundação de novos mosteiros. E, se fundados, ficariam sob esta mesma autoridade episcopal. (BELMAIA, 2018, p. 130)

O que se entende disso é que, como foi demonstrado no primeiro capítulo, não havia, biblicamente, um sistema eclesiástico, então a Igreja estava se organizando conforme as necessidades. Ter alguém que fez votos de pobreza como administrador de bens não parecia seguro, então era preciso que o Bispo, uma figura bastante secular, fosse o administrador dos religiosos. Mas, assim como se conciliou que um nobre detentor de fortunas fosse líder da cristandade em Roma, também, entre os

celtas, onde se destacava o monasticismo, os abades se tornaram os sucessores eclesiásticos da nobreza. Nisto há semelhança com os povos locais, que o abade também estava dentro da Tuah, ou clã, que era sucessor do santo fundador daquele complexo religioso e que estes santos não eram distantes, tomavam o lugar do culto dos ancestrais.

A autoridade do abade se baseou no fato de que ele era o herdeiro de privilégios e propriedades do comarba, o homem santo, ou seja, o asceta que fundou o mosteiro. “Se o mesmo santo tivesse fundado várias igrejas, estas formavam uma liga ou congregação, a paruchia, sob o domínio do abade da Igreja mãe”. (...) a Irlanda encontrada por Patrício, por exemplo, era uma sociedade dividida em vários pequenos reinos denominados pelo termo túath: essa palavra do gaélico irlandês antigo designa que cada território era liderado localmente por um rei, que desempenhava o papel de chefe do clã. A tuáth também sofreu alterações sociais ao longo do tempo, “ao invés de contar com um druida, por exemplo, o sacerdote cristão toma o lugar”. Além disso, o cristianismo também teve um papel político. As igrejas auxiliavam na unidade política da tuáth: “Várias igrejas eram controladas por antigas famílias reais. Uma grande igreja e um grande santo podiam oferecer um poderoso foco de unidade, capaz de ajudar a sustentar um povo amplamente disperso” (BELMAIA, 2018, pp. 140-141)

A influência do sacerdócio pagão para o cristão pode ser vista em outros traços além das funções sociais. A astronomia, parte da cultura celta, mas que poderia ser razão de escândalo para os cristãos de Roma, fazia parte, aparentemente, dos clérigos do cristianismo insular, como pode ser visto a seguir.

Há ainda outro argumento a favor da astronomia druídica que é a existência de astrônomos irlandeses atuantes na Europa continental nos séculos VIII e IX e que faziam uso, ao que parece, de conhecimentos herdados dos druidas. Entre eles conhecemos Fergal, monge irlandês, que foi bispo-abade de Salzburgo com o nome de Virgílio, e cujos escritos sobre astronomia e cosmografia foram reportados ao Papa Zacarias (741-752) por um escandalizado Bonifácio de Crediton; Fergal, que tinha a seu lado outro bispo irlandês de nome Dubdachrich, também astrônomo, defendia entre outras coisas inauditas a existência de um mundo subterrâneo habitado semelhante ao sublunar – crença característica dos druidas; outro astrônomo irlandês foi Dungal de Bangor que em 810 explicou os eclipses a Carlos Magno; e ainda Diciul que em 825 escreveu um tratado de geografia notável, e outro de

astronomia – A Medição do Orbe Terrestre – do qual existe cópia na Biblioteca de Valenciennes, na França. (LUPI, 2012)

Se por um lado a sociedade celta se organizava por clãs familiares e os pequenos núcleos eram suficientes para a sua gestão, fazendo nascer desta cultura uma Igreja monástica, ou seja, reservada, agrária e autogerida. Por outro, a mentalidade imperialista, militarizada e impositiva de Roma fez nascer uma Igreja a estes moldes. Pode ser que em boa parte dos processos conciliares a imposição da Igreja Romana não fosse consciente, mas se desse apenas por questão de organização, como no caso de Paulo, o Herege³¹. Mas a partir do ano de 590, quando Gregório Magno se torna Papa, a política imperialista eclesiástica se torna clara e aberta. Como se vê em Duque.

Nos idos dos anos de 594 d.C. 2, ascendeu ao trono de São Pedro o papa São Gregório I, que futuramente devido as suas ações irá ganhar o epíteto de Magno, o grande. Sua ascensão se deu em meio ao declínio do poder do Império Bizantino no Ocidente – península Itálica - o avanço dos lombardos sobre o norte da Itália e o avanço dos árabes no oriente, que culminou com a queda das principais cidades do Império Oriental, Antioquia, Jerusalém e Alexandria, que também eram os principais centros da Igreja Oriental, acabaram por proporcionar a ascensão do poder papal no ocidente que agora podia agir mais livremente, sem a pressão da teocracia bizantina, mas tendo que lidar com a pressão dos bárbaros.

(...)

Sua concepção de uma Igreja herdeira do universalismo romano teve grande peso em sua iniciativa de conversão dos povos da Bretanha, bem como da expansão da primazia papal durante a Alta Idade Média, com o intuito de promover a unidade entre os cristãos do ocidente. (DUQUE, 2012, p. 1)

Se por um lado há um conjunto de “micro comunidades cristãs, em uma manta de retalhos” (BROWN, 1999, p. 233), por outro há uma Instituição agindo em bloco, implantando filiais que deveriam estar submissas a ela. Ainda que as comunidades Insulares tenham dificultado um pouco o processo, a intenção romana era a construção de uma Igreja com Bispados submissos a sua Sé. Não porque isto estava nas bases da eclesiologia desta Igreja, ou que tenha qualquer coisa a ver com a primado Petrino, a origem da imposição da Igreja Romana é cultural e secular.

³¹ Cf. Página 14

Qualquer argumento teológico que tenha se construído em cima deste expansionismo serviu apenas para justificar, de forma cristã, um impulso comum que respondia ao anseio daquela sociedade. A citação a seguir se refere ao desejo de submissão da Igreja Celta por parte de Roma, isso demonstra a intenção de hegemonia ocidental da Igreja Romana que, por uma questão de legitimidade, não poderia enfrentar os patriarcados orientais com este mesmo atrevimento.

O teor dessa epístola demonstra o desejo de Gregório I em conservar a verticalidade na relação da Igreja Anglorum com o papado, sujeitando, deste modo, a primeira aos princípios romanos. Assim sendo, torna-nos ainda mais clara a condição que Agostinho, representante e intelectual orgânico do bispo de Roma, procura assumir, dentro da luta por hegemonia, na ínsula. (CHARRONE, 2017, p. 56)

Após o fim do domínio romano, em 410, a Igreja de Roma só se reencontra com a Igreja Celta através das missões gregorianas, como dito, iniciadas em 590. Isto não quer dizer que entre 410 e 590 não houvesse intercâmbio cultural. São Patricio (387 d.C. – 461 d.C.), por exemplo, conhecido por cristianizar a Irlanda, era bretão romano³². Havia, antes de sua chegada, cristãos tanto na Irlanda quanto na Gália e na Bretanha que tinham conhecimento sobre latim e mantinham contato com escolas cristãs romanas. São Columba, por exemplo, fundador do mosteiro de Iona, considerada a Sé do Cristianismo Celta, teve seus estudos tutelados por Finnian. Seu tutor foi o responsável por levar a vulgata de Roma para a Irlanda.

Um dos conflitos por direitos autorais mais antigos que se conhece é entre Finnian e Columba, ambos reivindicaram a tradução da Bíblia para a língua gaélica. De fato, quem a traduziu, foi Columba, a questão da disputa era se o dono da tradução era quem havia a feito ou o proprietário da matriz. Os freis, incapazes de decidirem entre si, recorreram ao poder secular, o Rei Diarmait mac Cerbaill decidiu a favor de quem fosse considerado o dono da original. Columba, que também era de família nobre, os O'Neil, incitou seus exércitos contra o rei. Por fim, o conflito entre os dois monges levou ao exílio de Columba para Iona, onde fundou o maior mosteiro da região em tradição celta, ou tonsura celta. Foi ele o responsável pela evangelização de todo o norte da Bretanha e a criação de uma rede monasterial, é com esta Igreja que Agostinho se depara no século VI. Todas as informações sobre columba neste

³² Cf. BELMAIA, 2018, p. 140

paragrafo foram contextualizadas a partir da produção de Belmaia, que as coloca desta forma.

No século VI, um outro importante nome do cristianismo irlandês é Columba (521 d.C. 597 d.C.), um príncipe sucessor da Casa O'Neill, posteriormente sagrado São Columba. Ele iniciou seus estudos na escola sob a tutela Finnian de Clonard (pioneiro na fundação de escolas e monastérios na região da Irlanda e Escócia), que o consagrou diácono após transformar água em vinho, segundo a hagiografia escrita por Adomnán (Adamnanus, *Vita Columbae* II: I). Posteriormente, ingressou no monastério de Clonard, também dirigido por Finnian. No entanto, uma disputa entre ambos se acirrou e chegou ao ápice na Batalha Cúl Dreimhne (termo que poderia ser traduzido como a Batalha do Livro, um dos confrontos mais antigos sobre direitos à uma obra). Em cerca de 540 d.C., na volta de uma viagem à Roma, Finnian trouxera consigo uma cópia da Vulgata de Jerônimo¹³ datada do século IV. Sem o conhecimento de Finnian, Columba fez uma cópia do manuscrito e o traduziu para o gaélico. Nos enfrentamentos em Cairbre Drom Cliabh (Condado de Sligo), em 560 d.C., argumentava-se que, embora Finnian fosse o proprietário da cópia da Vulgata, o direito à cópia em gaélico pertenceria a Columba, visto que o mesmo efetuara o trabalho de tradução, sendo essa, portanto, “sua obra”. O rei Diarmait mac Cerbaill decidiu que, mesmo as cópias “filhas”, pertenceriam ao proprietário da cópia original, no caso, Finnian (FOWLER, 1894: lxii). Contrariado não apenas com esta, mas também com outras decisões anteriores, Columba exortou o exército dos O'Neill contra o rei. A batalha sangrenta que se seguiu culminou no exílio do clérigo na ilha de Iona. Apesar de a punição ser justificada pelo envolvimento do monge com a mortandade nos combates, tem--se discutido que as razões que levaram ao banimento de Columba foram, sobretudo, políticas, relacionadas à rivalidade entre membros da família real.

Sob a proteção do rei Conall mac Comgaill, de Dál Riata, Columba se estabeleceu na pequena ilha de Iona, antigo lugar sagrado dos druidas (BEDA, *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*: III, IV). A partir desse centro, cristianizou todo o norte da Grã--Bretanha e fez do cristianismo irlandês a fé dos “poderosos”. A abadia e os mosteiros que ele fundou se tornaram uma instituição religiosa e política dominante na região por séculos.

Antes de falar sobre as missões Gregorianas, é necessário compreender quem foi o Papa Gregório Magno. Afim de produzir uma breve sequência de fatos que construíram a identidade deste vulto histórico, usar-se-á como referência, neste

parágrafo, um breve recorte do trabalho de André S. Muceniecks, Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo³³.

Gregório viveu entre 540 e 604 d.C., era descendente do Papa Felix III, por tanto, membro de uma família nobre romana profundamente vinculada a Igreja. Há uma série de infortúnios que se seguem ao nascimento daquele que viria a ser Papa. Em 542 houve um surto da Praga Juliana, em 547 o rei Ostrogodo Totila invade e saqueia Roma. Em 552 Roma é retomada por Juliano, Imperador Romano do Oriente.³⁴ Em 554 aconteceu uma tentativa de invasão franca. Então há um certo período de paz e em 573 Gregório é eleito prefeito de Roma. Sua gestão se dá num período de declínio, as invasões tornaram a vida na cidade insustentável, não havia mais aquedutos para irrigar a cidade, muito menos córregos para escoar as águas pantanosas.

O caos está instaurado, pessoas morrem aos cântaros de pestes e epidemias, como bom cristão medieval, Gregório vivia em um tempo escatológico. Os sinais da vinda de Cristo eram sentidos e era preciso preparar as pessoas para isto. Com a fortuna herdada do pai, construiu seis mosteiros na Sicília e um em Roma, onde fez os votos e tornou-se monge beneditino. Bento I de Roma o nomeou diácono, e em 579, Pelágio II, sucessor de Bento, o enviou como embaixador para Constantinopla. Ao retornar, em 585, torna-se abade do Mosteiro Beneditino de Santo André e secretário do Bispo de Roma. No ano de 590 ele próprio é eleito Bispo de Roma. Conta-se que tentou evitar a sua sagração, enviando uma carta ao Imperador, então líder da Igreja, mas a carta foi interceptada pelo prefeito de Roma. Mais tarde, diante de várias crises político/administrativas, Gregório assume o poder temporal da cidade, que até então não pertencia ao seu Bispo. A partir daí entende-se como patriarca do ocidente e busca levar a fé a todas as regiões do antigo Império. O Papado Romano, como se entendeu posteriormente, cumulando poderes temporais e espirituais, nasceu com Gregório Magno.

Deixando de lado a generalidade da política imperialista adotada por Gregório, conforme já apresentada³⁵, é preciso focar na sua relação com a Bretanha. De fato, a

³³ Cf. MUCENIECKS, 2013, pp. 8-23

³⁴ Opta-se pelo uso de “no” ao invés “do” pois parece que Roma era muito mais um conceito que um lugar físico. Certamente era um espaço físico, mas era mais uma abstração que algo palpável.

³⁵ Página 31

conversão das ilhas foi o grande marco do seu episcopado, entre outras coisas. Mas, a obstinação para tal fato tem uma origem muito interessante. Diversos autores relatam duas situações, a primeira é que Gregório claramente não tinha ideia de como funcionava a Britânia naquele momento. Charrone relata esta inexperience como segue.

O fato de que não era improvável que em Roma, sobretudo entre o clero mais antigo e a população comum, a ideia de uma “expedição” em terra distante e “bárbara” fosse impopular (CARBONARE, 2008: p. 32-33). (...) A aspiração universal do pontifical em seus objetivos: converter os Angli – sem muita exatidão – evidencia, na opinião de J. Richards (1980) e R. Markus (1983), a ignorância da situação real nas ilhas britânicas. Segundo Duarte Silva e Xavier (2015: p. 15-16), a preocupação basilar do bispo de Roma é com o paganismo, dado que a documentação, em grande medida, toca a um grupo-alvo não cristianizado. Além disso, a dupla de pesquisadores brasileiros (2015) também afirma que Gregório I escreveu tendo em vista uma fundamentação mais bíblica que de fato contextual, ou seja, suas epístolas compõem-se mais de topoi e dados do Antigo Testamento que subsídios que possam traçar as crenças autóctones ou nórdicas. Essa situação só mudou com a chegada dos mensageiros de Agostinho em 598/99.

Parece que Gregório I, segundo Maymó i Capdevila (2003, p. 247-248), não considerou, provavelmente por desconhecer em detalhes o contexto no arquipélago, a nova divisão criada na Britannia devido a fixação de diversos reinos saxões de religião pagã; acreditando, desse modo, que a circunstância nesta região seguia tal como haviam deixado os romanos. (CHARRONE, 2017, p. 44)

Ou seja, sem muito conhecimento do contexto local, e ainda correndo o risco de gerar uma crise política, Gregório manteve-se obstinado em converter a Bretanha, enviando seus melhores monges. A segunda situação, dando continuidade ao assunto do parágrafo anterior, era o medo daqueles povos desconhecidos. Os cristãos da Gália descreveram coisas monstruosas aos missionários, que inclusive tentaram retornar a Roma, conforme Charrone.

Assim, chegaram em Lérins pouco depois e dali se dirigiram para Marselha e Arles. Na sequência, a viagem foi interrompida em Aix-en-Provence, pois os religiosos ficaram assustados com os atrozes relatos acerca da crueldade anglo-saxã. O temor foi tamanho que, como vimos no capítulo anterior,

Agostinho retornou a Roma para rogar a Gregório I, em nome de seus companheiros, que os dispensassem dessa tarefa.

Os monges temiam, de acordo com Carbonare (2008: p. 34-35), principalmente, duas incógnitas: a primeira, como acabamos de ver, era concebida pelas atemorizantes informações que dispunham sobre a “barbárie” e ferocidade dos saxões pagãos. (CHARRONE, 2017, p. 45)

Ora, num contexto de desconhecimento e pânico, o que fazia o Bispo de Roma continuar insistindo nesta missão? Diversos autores, entre eles Vargas ³⁶ e Muceniecks³⁷, relatam um momento de “iluminação” de Gregório, quando, ainda monge, teria encontrado jovens rapazes anglo-saxões sendo vendidos como escravos no fórum de Roma, Muceniecks reproduz o diálogo que teria acontecido.

conta que, ao passear por um mercado em Roma e tendo sua atenção dirigida a alguns escravos loiros à venda, pergunta aos vendedores:

- De que país são esses jovens?
- São anglos, respondem-lhe.
- São mesmo anglos, pois têm rostos de anjos. Onde é o país dos anglos?
- Em Deiri
- São mesmo de ira, pois foram chamados da ira para a misericórdia
- de Deus. Como se chama o rei deles?
- Aella
- Aleluia! Farei com que nesse país o nome de Deus seja louvado. (WAGENHEIMER, 2018, p. 13)

Real ou não, este diálogo, com algumas modificações, se repete em diversos lugares. A profa. Vera Oliveira apenas cita que Gregório teria ficado maravilhado, e feito o mesmo trocadilho entre “anglo” e “anjo”³⁸, sem reproduzir a conversa. O que se sabe é que a partir deste suposto contato iniciou-se o plano de Gregório para a conversão da Bretanha. E como se sabe que o plano estava em curso? Ora, o abade, conforme Vargas, “dedicou parte do rendimento do papado a comprar rapazes da Anglia como escravos, tendo em mente a sua educação na fé cristã e o seu posterior reenvio para a Inglaterra, já na qualidade de embaixadores de Cristo” (VARGAS M. , 1999, p. 13). Por qualquer eventualidade não registrada, as comitivas papais eram compostas majoritariamente por romanos. Inclusive, se atesta que não havia nenhum

³⁶ Cf. VARGAS M. E., 1999, p. 13

³⁷ Cf. MUCENIECKS, 2013, p. 13

³⁸ Cf. OLIVEIRA V. L., 2017, p. 34

monge que falasse a língua dos saxões na comitiva de Agostinho. O próprio Prof. Charrone, que também relatou a compra dos jovens rapazes loiros de olhos azuis³⁹, pontua esta dificuldade da comitiva.

Os monges temiam, de acordo com Carbonare (2008: p. 34-35), principalmente, duas incógnitas: a primeira, como acabamos de ver, era concebida pelas atemorizantes informações que dispunham sobre a “barbárie” e ferocidade dos saxões pagãos; a segunda se fundava por um problema mais visível e menos herdado do topos clássico do bárbaro feroz, a saber: a barreira linguística. Nenhum daqueles monges conhecia a língua daqueles povos. Obscuro nos é o que aconteceu com aqueles “pueri Angli” que Gregório mencionou com tanta atenção na epístola ao rector Cândido, em setembro de 595 (Ep. VI.10), cabendo-nos apenas conjecturas: talvez não haviam chegado em Roma ou quem sabe o papa os considerou muito inexperientes e muito pouco instruídos como cristãos para partirem com os monges de Agostinho.

Dessa forma, parece ser mais provável que o papado tivesse previsto que seus missionários encontrassem na Gália intérpretes (BEDA, HE, I, 25) e, de igual maneira, que nem a ferocidade dos anglos fosse seriamente assumida como um obstáculo intransponível. Nessa perspectiva, o pontífice recusou terminantemente a demanda de Agostinho e de seus monges e os impeliu a finalizar a empresa. (CHARRONE, 2017, p. 45)

A expectativa do Papa era que encontrassem clérigos na Galha que pudessem ajudar com a tradução. Pode-se supor disso, como se viu, que os rapazes escravizados, loiros e de origem anglo, que haviam sido comprados com recursos Papais para serem monges junto de Gregório, ainda não estavam totalmente capacitados para a missão. Como bom pastor, supõe-se Gregório os manteve sob a tutela de seu cajado.

O que ocorre em 597 é o choque não entre duas Igrejas, propriamente ditas, mas entre duas tradições monásticas, que concebiam em si um grande número de Igrejas. É importante dizer também que não se tratavam de regras monasteriais completamente opostas. O conflito estava em que a regra insular era pré-Calcedônia, e a continental era reformada, ou pós-Calcedônia. Como já se viu, para além de outras questões de ordem litúrgica, a grande diferença, criada pelo concílio em 450, quando as Igrejas Insulares já não podiam participar devido as conquistas saxônicas de 410,

³⁹ Cf. CHARRONE, 2017, p. 43

dizia respeito a autoridade episcopal. O conflito estava na questão da autoridade sobre os mosteiros, e não propriamente nas regras que seguiam. Columba, fundador do mosteiro de Iona, Alma Mather de muitos outros, não era beneditino, mas São Patricio era, portanto havia influência beneditina no monaquismo celta. A divergência, por tanto, não se dava pela regra. São Columba, após o exílio anteriormente citado, implantou de forma considerável a Igreja no norte da Britânia. Havia, como visto anteriormente, qualquer referencia ao cristianismo na região, mas as estruturas do monasticismo de São Columba serão um grande guarda-chuva do celtismo que se encontrará com a tradição romana. É possível ter ideia do que representou as ações do Santo nobre através da citação a seguir.

Na altura da morte, em 597 - o mesmo ano em que a missão de Gregório, o Grande chegou a Kent - Columba tinha conseguido criar um império espiritual no Norte que se assemelhava ao extenso reino dos outros O'Neill. Iona foi o vértice de uma pirâmide de mosteiros leais, que se estendiam entre o Sul da Irlanda e as Hébridas (BROWN, 1996: 216).

O grande diferencial entre as Igrejas Bretãs, que tem seus Bispos no concílio de Arles e das quais Santo Albano fazia parte, e os mosteiros columbanos, é que nestes últimos havia unidade. Enquanto as primeiras Igrejas da região eram conchas de retalho, os últimos tinham uma organização comum. Ao chegar às ilhas, Agostinho tem a boa recepção dos pagãos do sul e a desaprovação dos cristãos do norte. A desaprovação dos cristãos se dá porque eles não aceitavam o objetivo das missões gregorianas, salvar as almas dos saxões. Havia um trauma entre os cristãos celtas que viram suas primeiras instituições sendo destruídas pelos bárbaros saxões, por isso era mais fácil que os cristãos romanos se estabelecessem no sul que no norte já cristão, como se vê.

Não em vão se desejava anexar a antiga província romana da *Britannia*, uma vez que o território sob governo saxão se comportava de forma mais aberta às propostas de Roma que as regiões autenticamente bretãs de Gales e Cornualha, intensamente enraizado pelo pujante cristianismo céltico e adversos a abdicação de suas tradições e práticas ancestrais, como muito possivelmente era do conhecimento, baseados nos relatórios enviados pelos legados de Agostinho ao pontífice. (CHARRONE, 2017, p. 45)

O entusiasmo foi tão grande que Gregório conferiu demasiada autoridade a Agostinho, passando por cima dos bispos britânicos que tinham mantido acesa a chama do Cristianismo durante os anos em que a Inglaterra tinha

regressado ao ateísmo. "Nunca iremos pregar a nossa fé a essa raça cruel de estrangeiros, que à traição nos despojaram da nossa terra natal" - deste modo reagia o abade de Bangor ao pedido de Santo Agostinho no sentido de praticar a caridade com os Anglos. Recusando-se então os bispos-monges celtas a cooperar com a missão de Roma e a tentar chegar a acordos sobre assuntos que distinguiram as duas correntes: celta e romana, "the chance of a united church in Britain was lost for centuries." (VARGAS M. , 1999, p. 13)

A atitude de Gregório ao ter passado sobre as autoridades locais pode não ter sido necessariamente maldosa. Havia sim resistência do clero local a evangelização saxã, mas Gregório tinha uma política muito mais assimilacionista que impositiva. O mais provável é que o Papa não tivesse a real noção da organização destas dioceses, que como comentado anteriormente, não se mantiveram tão alheias a Roma. Mesmo Santo Albano, o mais antigo mártir bretão conhecido, teria sido convertido por um cristão romano que fugia de perseguições, mais tarde, como visto anteriormente, é de lá que o Abade de São Columba levou a Bíblia para ser traduzida, e é de um mosteiro ligado a Roma a formação de São Patrício. Mas estes contatos não tem a ver com primazia espiritual, mas com o poder do Império. Segue a hagiografia da conversão de Santo Albano para ilustrar esta situação.

La historia contada en esos textos es la del protomártir de Inglaterra, que dio nombre a la actual Saint Albans en Hertfordshire y es la historia reconocida como "verdadera" por la Iglesia y por estudiosos bollandistas como Hippolyte Delehaye.

San Albano, según esa tradición, es el primer mártir de Inglaterra. Su historia dice que fue un soldado romano de la villa de Verulamium, quien durante la persecución de Diocleciano dio asilo a un sacerdote cristiano. Al hablar con el sacerdote, se convierte a la fe católica y lo ayuda a escapar, intercambiando sus prendas de vestir. Albano es apresado en hábito de sacerdote y, al declararse cristiano, es condenado. En el camino al monte Holmhurst, donde había de ser decapitado, convierte a su verdugo y realiza el milagro de abrir las aguas de un río que estorbaba el camino hacia su ejecución. (HERNÁNDEZ, 2003, p. 5)

Então, este é o caso, provavelmente, mais comum. Cristãos que fugiam para as fronteiras do Império em Razão das perseguições, principalmente em Jerusalém, levavam a fé. O importante é perceber o quão dogmático e superficial estes contatos

foram se tornando, de modo que Gregório não tinha ideia dos ocorridos geopolíticos na ilha entre 410 e 587 d.C. Os cristãos usavam as estradas romanas, por vezes a facilidade da língua e a centralidade do império, que faziam convergir as culturas, permitindo que a Cidade de Roma fosse um propulsor de pensamentos. No entanto, sem ser em casos como a aquisição de livros, ou referência a líderes que como é comum ficavam em grandes cidades, não havia submissão a Igreja Romana. Tanto é que estas pessoas que iam para lá, aparentemente, não faziam questão de dar maiores declarações organizacionais. Ora, não deveriam os Bispos terem administração da terra, segundo o Concílio de Calcedônia? Não iria o Bispo de Roma, se fosse visto como Bispo dos Bispos, se preocupar com isso?

Ao que se percebe, tão pouco os Bispos Bretões estavam sob a jurisdição de Roma. Mesmo com os esporádicos contatos, Gregório os ignora completamente. Emocionado com o sucesso de Agostinho, que tendo sido bem recebido pelo rei Etelberto de Kent, provavelmente por sua esposa já ser cristã, e que no primeiro natal batizou mais de 10 mil pagãos, concedeu-lhe o pálio. A partir disto, Agostinho havia sido nomeando arcebispo. Gregório determinou a sagração de doze bispos, além da criação de duas arquidioceses. Como se vê em Charrone.

Na primeira (Ep. XI.39), Gregório I comunicava a concessão do pálio ao bispo de Cantuária, bem como a recomendação para realizar a ordenação de doze outros episcopos e de estabelecer a Igreja da Britannia em duas arquidioceses, cujos núcleos seriam York e Londres³⁴. A primeira urbe teria a condição de sé sufragânea. (...) Se Gregório I, na perspectiva de Maymó i Capdevila (2003: p. 252), demonstrou quase que completa ignorância do contexto inglês ao delinear as futuras “comarcas” eclesiásticas da ilha baseando-se na divisão administrativa imperial do século III que dividia a ilha em Britannia superior e inferior, acertou admiravelmente na eleição de ambas cidades³⁶, pois tais urbes estenderam sua influência sobre Essex e Nortúmbria, cujo convertimentos o bispo romano via com bons olhos. (CHARRONE, 2017, pp. 56, 57)

O problema disso tudo é que o Bispo de Roma ignorou as Igrejas já existentes ali, também, as mudanças geopolíticas. As novas arquidioceses não respeitavam os reais limites, pois foram feitas com base na administração Romana anterior a 410 d.C., como se os Anglos não fossem capazes de mudar a forma administrativa. Ou seja, Gregório pensou as Dioceses e Arquidioceses como se as cidades fossem

exatamente as mesmas do período romano. A crise entre Igrejas inicia com a intenção de Roma em praticar caridade com os saxões, que eram vistos pela Igreja local como inimigos da doutrina. Mas as coisas pioram um pouco pelo fato de Gregório não ter estabelecido diálogo. Ele reconheceu a existência dos pagãos, e com eles teve uma política assimilacionista, mas com os cristãos a estratégia foi de imposição. Como se vê em Vargas.

O entusiasmo foi tão grande que Gregório conferiu demasiada autoridade a Agostinho, passando por cima dos bispos britânicos que tinham mantido acesa a chama do Cristianismo durante os anos em que a Inglaterra tinha regressado ao ateísmo.

"Nunca iremos pregar a nossa fé a essa raça cruel de estrangeiros, que à traição nos despojaram da nossa terra natal" - deste modo reagia o abade de Bangor ao pedido de Santo Agostinho no sentido de praticar a caridade com os Anglos. Recusando-se então os bispos-monges celtas a cooperar com a missão de Roma e a tentar chegar a acordos sobre assuntos que distinguiram as duas correntes: celta e romana, "the chance of a united church in Britain was lost for centuries." (VARGAS M. , 1999, p. 13)

Esta forma truculenta de imposição e sagração de Bispos sobre Bispos, o que não era legal pelo direito canônico da época, gerou crises de ordem teológica e política. Primeiramente é importante dizer que até o século IV a eleição de Bispos costumava ser um processo local, quando já havia uma Igreja estabelecida⁴⁰. Quando o Patriarca João de Constantinopla reivindicou para o patriarcado local o título de "Episcopado Ecumênico", sofreu forte reação da parte de Gregório. Segundo ele, todo o epíscopo era sucessor apostólico, por tanto, cada um tinha uma autoridade ímpar. Não poderia haver Bispos sobre mais de uma Igreja (lembrando que a estrutura máxima de uma Igreja é a Diocese), ou seja, não poderia haver um epíscopo ecumênico, sendo Bispo de mais de uma Igreja, segundo Gregório. As informações sobre a resposta de Gregório podem ser vistas em Demacopoulos.

Of course, the diplomatic crisis that prompted the most extensive and rhetorically rich of Gregory's ecclesiological statements was the controversy over John of Constantinople's use of the title "Ecumenical Patriarch"—a title that Gregory took to be an unprecedented assertion of pride and that, according to Gregory, upended the entire episcopate. Having explored this

⁴⁰ Cf. BETTO, 2005

controversy at some length in previous publications, I will confine my analysis of the controversy to Gregory's ecclesiological statements and the extent to which (if at all) we can presume that those statements might reflect a theological vision more permanent than the occasional and contested context in which the statements arose. (DEMACOPOULOS, 2015, p. 41)

Sínodo de Whitby

Ainda que tenha havido algumas crises teológicas entre cristianismo romano e insular, ao que tudo indica, a principal delas era realmente de ordem político/administrativa. Os principais atritos, segundo Belmaia, se deram em torno da tonsura, da organização e da datação da Páscoa⁴¹. Como visto anteriormente⁴², outro ponto de tensão dizia respeito a autoridade das mulheres. Os abades insulares tinham autoridade maior que a dos Bispos, e despontam entre eles as Abadessas, que se tornam, mais tarde, santas inclusive para a Igreja Romana. O problema, como já foi trabalhado anteriormente⁴³, não é que existissem monjas e abadessas, mas que elas tivessem autoridade sobre homens, em mosteiros duplos. E também o que significavam, tendo em vista que tinham um modelo de organização pré-calcedônia. Mas, de modo geral, todo o longuíssimo debate se reduz em dois: a organização e a datação da páscoa. Ou em um, a organização, e o seu alibi, a datação da páscoa. Não quer se dizer aqui que a real disputa que levou as duas Igrejas à um sínodo era puramente sobre autoridade e poder administrativo. No entanto, ao que parece, quando se falar sobre o sínodo, mais adiante, é que a questão da páscoa como sua razão é apenas uma desculpa para tornar o encontro teologicamente palatável, com uma aparência mais fraternal. É possível ver o destaque dos dois problemas aqui sugeridos em Duque.

A presença dos costumes da Igreja Celta na Bretanha sempre foi alvo de divergência entre os eclesiásticos da ilha, desde Agostinho houve a tentativa de unificar a Igreja na ilha, pode ser apontado aqui duas principais diferenças entre a Igreja de Roma e a Celta, a organização dos mosteiros irlandeses enquanto o centro do poder eclesiástico, e não as cidades episcopais, sendo que o bispado meramente simbólico, já que eram os abades a exercerem o poder dos bispos (SILVA, 2010: cap. 2). O mais problemático era a datação da Páscoa, ponto no qual mais se divergiam e que somente foi resolvido

⁴¹ Cf. BELMAIA, 2018, p. 135

⁴² Cf. Página 19

⁴³ Cf. Página 19

oficialmente após o Concílio de Whitby, convocado pelo rei da Nortúmbria Oswy, em 664, onde teria sido preterida a datação romana. (DUQUE, 2012, p. 9)

Desde a chegada da Igreja de Roma, os nobres bretões oscilavam entre cristianismo insular e romano. De modo que, enquanto uma parte da corte guardava o jejum quaresmal, outra fazia grandes festas comemorando a páscoa⁴⁴. No entanto, estas divergências não pareciam ser tão graves, em certo momento era autorizado que duas páscoas fossem comemoradas⁴⁵. O debate sobre o cálculo da páscoa foi enorme, e demorou séculos para ser decidido, não só na Bretanha, mas em todo o mundo cristão. No entanto, parece irrelevante reproduzir as disputas retóricas em torno do assunto aqui. Ao fim, o Rei Oswig convocou o sínodo na Abadia de Whitby, sob autoridade da Abadessa Aida, conforme assegura a Profa. Dra. Dominique dos Santos.

A autora nos mostra, por exemplo, que pelo menos no contexto da Inglaterra Medieval, existia um grande número de religiosas que eram viúvas, e que já tinham filhos crescidos, abadessas que eram da família real e atuavam entre a Igreja e o Estado. Dockray-Miller nos apresenta o exemplo da abadessa Hild, que hospedou o Sínodo de Whitby em 644, para uma reunião em que os dirigentes da Igreja inglesa decidiram seguir as práticas da Igreja romana, em vez das práticas da Igreja que a autora chama de 'céltica'. (SANTOS, 2013, p. 68)

Segundo o costume, ele pretendia resolver a questão da páscoa, pois isso impedia que houvesse uma só Igreja na Ilha. Além disso, alguns autores dão a entender que havia um boicote continental por causa da diferente forma de fé professada na Ilha. Wilfrid, filho do rei Oswy, segundo Beda (apud BELMANIA, 2018, p.150) durante o sínodo, argumentou que toda a cristandade celebrava a páscoa na mesma época, e que só a Bretanha estava deslocada. Mas isso é um erro enorme, além dos orientais, os Bispos do território da Hispânia também tinham uma outra data, e não sofriam boicotes por isso, vide em Belmaia.

Durante o sínodo, constam discussões entre Achfrid (filho do rei Oswy), que aprendera as práticas do cristianismo romano com o Padre Wilfrid¹⁷, o sucessor de Finan em Lindisfarne, e, de outro lado, Colman (bispo de 661 d.C. a 664 d.C.), advindo de Iona e do monaquismo insular. (...) Algumas falas

⁴⁴ Cf. BELMAIA, 2018, p. 12

⁴⁵ Idem

atribuídas à Wilfrid cometem alguns equívocos historiográficos. Nesse período, a Irlanda e Grã-Bretanha não foram as únicas a terem igrejas celebrando a Páscoa em um dia diferente de Roma, a Espanha também utilizou outro cálculo em grande parte do século VI, conforme apontado por Orr (2015: 257). (BELMAIA, 2018, p. 150)

O que difere é que mesmo antes do Concílio de Calcedônia os monges hispânicos já eram submissos aos Bispos⁴⁶. O sínodo da datação da páscoa acaba sendo concluído de forma pouco comum. Não é a assembleia dos episcopos ou qualquer outra autoridade eclesiástica quem dá a decisão final, mas o Rei. E a data foi a menor das questões, ao fim a Igreja Celta deveria se tornar completamente submissa a Romana em todos os assuntos.

O monge não declarou, por exemplo, especificamente que foi o rei Oswy o responsável pela convocação do sínodo, que teve, no seu ponto de vista, um término rápido em favor dos romanos. Orr (2015: 261) também chama atenção para o fato de Oswy ter convocado o sínodo, e ser também ele, a decretar o veredito final. Na tradição insular, os reis não detinham tal autoridade sobre os assuntos eclesiásticos. (...) Macknight (1963: 15) sugere que, através do sínodo, Oswy pôde fazer uma escolha política com uma justificativa teológica. Em outras palavras, há, portanto, indicativos de que, para o rei, um dos principais intuitos do sínodo tenha sido mais político que litúrgico, diferentemente da forma como Beda apresenta em seu relato (ORR: 2015, 265). Mas, observando pela ótica da cristandade romana, as táticas retóricas de Wilfrid no sínodo auxiliaram para a instauração da estratégia da Igreja na Grã-Bretanha e Irlanda. (BELMAIA, 2018, pp. 152, 156)

Alguns monges se retiraram para Iona, outros para a Irlanda, onde o Cristianismo Celta, com suas crenças que incluíam o respeito pela natureza e a presença de Deus em tudo, sobreviveu até o século VIII. A finalização do sínodo demonstrou muito mais do que foi impresso nos cânones.

Embora essas práticas fossem diversas daquelas da Igreja romana, o fundamento para a terminologia “celta” associada a esse tipo de cristianismo tem por base interpretações relacionadas ao asceticismo, espiritualidade e natureza (física) com uma possível religião celta. (...) Beda (*Historia ecclesiastica gentis Anglorum*, V, XXII) relata que a Páscoa da Igreja foi

⁴⁶ Cf. VARGAS M. , 1999, p. 9

adotada nas colônias irlandesas e no norte das Ilhas Britânicas até o final do século VIII. (BELMAIA, 2018, pp. 136, 152)

A sua grande decisão não foi a data da páscoa, mas a completa submissão de posses eclesiásticas enormes à Roma e a decisão implícita de que a última palavra em assuntos eclesiásticos na ilha, depois da dos Bispos, era a do Rei. A partir daqui segue-se a pesquisa sobre os Reis Medievais da Bretanha.

4. OS REIS MEDIEVAIS DA GRÃ-BRETANHA

Como dito na introdução deste material, é impossível caber esta história com seus detalhes em um trabalho de conclusão de curso. No entanto, é viável que selecionando alguns pontos mais evidentemente ligados ao objetivo desta narrativa, consiga-se concluir a sua proposta. Por isso não serão citados todos os reis de todos os povos da Grã-Bretanha durante a idade média. Após breve contextualização sobre o nascimento das monarquias cristãs, será observada a linha real proposta pela Prof. Vera Oliveira que apresenta os marcos da história da fé que levaram até a Reforma.

Nascimento da Monarquia Cristã

Como dito anteriormente, a ideia nesta parte do trabalho é captar momentos culminantes. Do surgimento das monarquias cristãs ocidentais podem ser analisados dois contextos que formularam a identidade do Rei Cristão. O primeiro é a conversão de Constantino e o segundo a doação de Roma aos Carolíngios e a coroação de Carlos Magno.

Primeiramente, sobre Constantino, é importante dizer que havia nele, antes de um impulso cristão, singular inclinação ao monoteísmo. Isso se viu em imperadores anteriores. Em Tertuliano, no século II, segundo Pablo Martín, já era possível perceber a compreensão de que para que houvesse um governante na Terra, deveria haver só um no Céu, como segue.

Lo que propone en este parágrafo Tertuliano es un cambio de semántica de los términos y un cambio en la concepción de la teología, a cambio de una inmensa ventaja para la concepción política. Es mucho, pero mucho más, ser el emperador ungido por el Dios eterno que creó el cielo y la tierra, que ser un Júpiter en la cadena de sucesiones temporales de dioses-emperadores o emperadores-dioses que se matan o destronan según el destino, porque Júpiter también está sometido al destino. (...) No puede dejar de verse la diferencia que corre entre dos esquemas: la asamblea de los dioses que pactan un acuerdo favorable a Roma, en la Eneida, y la voluntad del creador de todas las cosas que establece que Roma sea el portador de la paz para todos los hombres. La relación entre naturaleza y política permite pensar el Imperio romano como un hecho natural, precisamente porque se relacionan creación y política en el origen teológico común. Ya vimos que el emperador sabe como hombre que de Dios ha recibido la vida y como emperador, que ha recibido el poder. (MARTÍN, 2012, pp. 97, 99)

Compreende-se então que a religião romana não correspondia aos anseios do Império. Pois este último se pretendia universal, enquanto que seus deuses eram

locais. A visível fragilidade dos imperadores, revelada por sequências de golpes, também prejudicou a imagem da religião que dava a eles títulos divinos. Um Deus único, por tanto, não diminuiria o imperador, ao ser escolhido por este, sua honra seria ainda maior. Que o poder imperial vinha dos deuses, isso já se dizia, mas estes eram deuses romanos, não o Sr. do Universo. Sendo escolhido por quem reina universalmente, o próprio Império era chamado a ser universal, não a troco de nada que sua religião cristã se chamou Católica, ou Universal.

Quanto aos impulsos monoteístas de Constantino, estes são referidos por diversos autores, entre eles, Maria Luiza Corassin. Segundo a autora, em 310 Constantino alegou ter tido uma visão do Deus Apolo, e isso aumentou sua dedicação ao Deus Sol como divindade única⁴⁷. Licínio, imperador do oriente, rival e cunhado de Constantino, também segundo Corassin, organizou a religião pagã de Roma conforme a Igreja. Isso demonstra que a forma organizacional implícita no monoteísmo era mais adequada a governança de Roma, mesmo na visão de que fosse politeísta. O relato da autora é desta maneira.

A fim de reforçar os cultos pagãos quis organiza-los sob a forma de uma hierarquia administrativa, semelhante à do clero cristão: em cada cidade um sacerdote principal devia ter autoridade sobre os demais; os sacerdotes principais das diferentes cidades teriam acima deles um grão-sacerdote, chefe do culto para toda a província; o sacerdócio assim disciplinado teria por tarefa essencial o combate ao cristianismo. (CORASSIN, 1975, p. 754)

Ou seja, era público e notório que a mentalidade das pessoas, afim de que aceitassem um único imperador, precisavam aceitar antes um único Deus. Não necessariamente uma única divindade, mas uma única religião, com uma hierarquia que dificultasse que tantas vozes surgissem dispersando a mentalidade das pessoas. Isso se prova na decisão de Licínio, que pretendia manter vários deuses, mas uma única forma religiosa. O problema não era haver ou não divindades, e quantas seriam, mas sim como seria feito o discurso sobre elas. Não perseguir aos cristãos foi positivo para Constantino, pois estes estavam em larga escala nas posses de Licínio e colaboraram com seu rival⁴⁸. Ele atribuiu suas vitórias ao fato de não ter perseguido os cristãos, e por isso ter alcançado os favores de seu Deus, ainda assim, sua grande ação em favor deles foi ter parado as perseguições. Durante seu reinado cultos

⁴⁷ Cf. CORASSIN, 1975, p. 753

⁴⁸ Cf. CORASSIN, 1975, p. 755

pagãos do Estado ocorriam normalmente e templos continuavam sendo erguidos. Somente pouco antes de morrer que o Imperador do Ocidente e do Oriente foi batizado⁴⁹. Se não foi Constantino que cristianizou o Império, o que só ocorreu em 380 d.C, porque ser visto como um rei ungido?

Maior que Constantino era o mito que foi formado sobre ele. De fato que Constantino e sua mãe fizeram diversas doações ao Bispo Silvestre I de Roma⁵⁰, entre tanto, não havia no meio destas o poder temporal sobre Roma. Mas o mito do Imperador Cristão, largamente difundido mais tarde, respaldou esta ideia. Antes de aprofundar este caso, é preciso citar a questão dos reis visigodos. Foram eles os primeiros a serem ungidos pela Igreja, entretanto, Jesus havia separado o poder temporal do poder espiritual⁵¹. Tendo em vista isso, a Igreja não tinha bases no evangelho para coroar reis, portanto se utilizou dos ritos presentes no primeiro testamento. Conforme le-se em Hillgarth.

Os reis visigodos, certamente após 672 e possivelmente a partir de Recared, foram os primeiros governadores cristãos a serem ungidos com óleo sagrado em sua coroação, uma cerimônia certamente copiada dos reis de Israel do Antigo Testamento. No século VIII a prática foi adotada pelos saxões e pelos francos. (HILLGARTH, 2004, p. 105)

Retornando ao assunto das doações de Constantino. Após a queda de Roma, a Igreja, como dito anteriormente, se mantém como a herdeira do grande Império no ocidente⁵². Sendo assim, na prática, sua opinião poderia legitimar muitas coisas, no entanto, esta legitimação, quando dizia respeito a propriedade da terra, não se dava de direito. A dinastia carolíngia, especificamente na pessoa de Pepino Breve, foi a responsável por ceder o território da cidade de Roma ao papado. A questão é, com que autoridade o papado concedeu poder temporal a alguém, sendo que ele próprio não o possuía? Não se sabe se tendo em vista a doação territorial ou não, mas segundo Twardowski, o Papa Estevão II precisava livrar Roma dos lombardos e resolveu a questão da autoridade sobre a cidade dando-a aos carolíngios. O poder para isso teria vindo de uma suposta doação de Constantino ao papado que, segundo Twardowski, é falsa, como se segue.

A proximidade entre os francos e o papado não havia realmente existido até o surgimento da dinastia carolíngia com reinado de Pepino, o Breve (714-

⁴⁹ Cf. CORASSIN, 1975, p. 756

⁵⁰ Cf. CORASSIN, 1975, p. 756

⁵¹ Cf. Mateus 22:21

⁵² Cf. Página 14

768) – ou Pepino III - que se inicia sob as bênçãos do Papa Zacarias. A relação entre o rei e a Igreja se aprofunda quando o papa Estevão II (752-757), buscando se acercar-se dos francos, empreende viagem até seu reino em 753 a fim de solicitar a Pepino ajuda contra a ameaça lombarda sobre Roma se valendo da Doação de Constantino para estabelecer uma ponte entre ele e o rei carolíngio. Segundo este documento, hoje sabidamente falso, o imperador Constantino (274-337) cedeu ao pontífice Silvestre I (314-335) todas suas insígnias imperiais, a cidade de Roma e inclusive a sua coroa, que ele se recusou a usar, mas, que de qualquer forma, estava a sua disposição. Utilizando-se desse documento o papa afirmava sua soberania sobre a Cristandade¹³, portanto o governo de todo o povo cristão lhe pertencia e ele tinha o poder de conceder este poder a quem julgasse conveniente. Assim, Estevão II nomeia o então novo rei dos francos Pepino III como patrício dos romanos, título que o colocava como protetor incondicional e constante da Igreja. Apesar de não ter utilizado o título, Pepino entrou em guerra com os Lombardos e conquistou seu território, entregando-o para a Igreja; Carlos Magno, contudo, não se rogou em utilizá-lo e foi incisivo em continuar o trabalho de seu pai. (TWARDOWSKI, 2017, p. 12)

Ou seja, o ideal do imperador cristão, do defensor da fé, estava em Constantino não porque ele o era, mas por questões administrativas que forjaram o mito político. A consolidação desta autoridade, no entanto, só se deu com os carolíngios. Há dois pontos estranhos que merecem atenção. O primeiro é que de fato, nos evangelhos, não há qualquer envolvimento de Cristo com o poder secular, tanto que os bispos recorreram a ritos judeus. Mas se a cristandade não estava mais vinculada às sinagogas, que legitimidade de tradição religiosa tinham estes rituais? A segunda questão é que, mesmo temporalmente, a suposta autoridade eclesial, como demonstrado por Twardowski, era falsa. Então a Igreja não poderia formar reis nem espiritualmente nem materialmente, ou seja, a instituição “Monarquia Cristã” é altamente falaciosa. Mas, estando consolidada, se espargia para diversas partes da cristandade.

Monarquia Cristã na Grã-Bretanha

Os reis ingleses destacados pela profa. Vera Oliveira, em “História do Anglicanismo na Inglaterra” são: Oswy da Nothumbria (642-670), Alfred de Wessex (871-899). A partir da conquista normanda serão: Eduardo, o Confessor (1042-1066), Guilherme I (1066-1087), Guilherme Rufos (1087-1100) e João, o Sem Terras (1199-1216)⁵³. É preciso dizer que até a conquista do território pelos normandos não há reis da Inglaterra. Isso porque o atual território inglês era povoado por vários reinos, em um momento ou outro, por razões específicas, alguns se destacavam. Para melhor compreender a questão, segue o mapa político da Grã-Bretanha no ano 600.

⁵³ As datas se referem aos períodos de reinado.

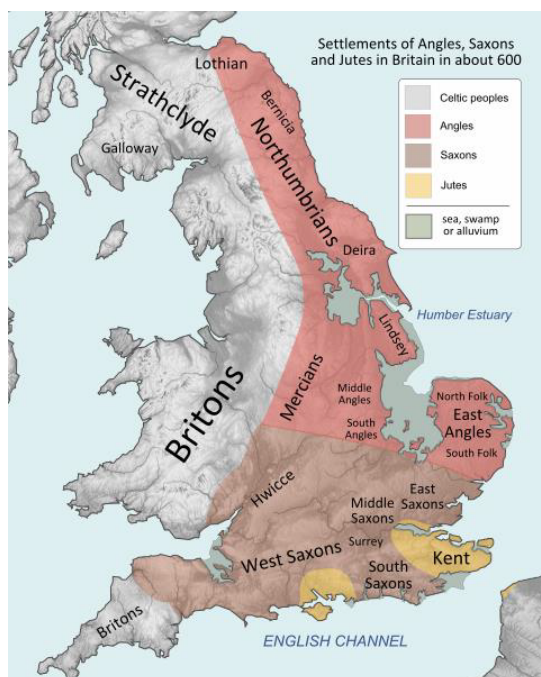


FIGURA 1: POVOS DA INGLATERRA EM 600 D.C⁵⁴

A partir do mapa é possível notar a presença de diversos reinos no período. Então, os reis citados por Oliveira até a conquista normanda são aqueles que, dentro do território, tiveram destaque nos assuntos eclesiásticos, mas é importante lembrar que não eram reis da Inglaterra.

Oswy Da Nothumbria (642-670) e Egfrido Da Nothumbria (645-685)

Ainda que Etelberto tenha sido o responsável por deixar se instalar o cristianismo romano nas ilhas⁵⁵, é Oswy o responsável por reconhecer a primazia da tradição romana sobre a celta⁵⁶. Ambos, Etelberto e Oswy, foram discutidos anteriormente, também que a decisão do sínodo conduzido por este último não extinguiu a fé de rito insular, também já foi dito⁵⁷. Egfrido, ainda que não estivesse nas considerações de Oliveira, merece ser comentado para que se compreenda o que de fato mudou com o sínodo de Whitby. O processo de extinção da tradição celta é gradual e profundamente relacionado a figura régia. O Rei Egfrido (645-685), filho e sucessor de Oswy, mesmo já estando sob jurisdição espiritual da sé papal, mantinha plena autoridade sobre os assuntos eclesiásticos. De modo que, ao ler as pesquisas sobre o tema, tem-se a impressão de que a relação com Roma era mais burocrática

⁵⁴ Cf. Britain Peoples Circa 600.svg, 2012

⁵⁵ Cf. Página 41

⁵⁶ Cf. Página 43

⁵⁷ Cf. Página 45

e financeira que propriamente espiritual. Era o Rei quem fazia e desfazia dioceses, nomeava e exilava Bispos. Vide em Silva.

De acordo com a hagiografia, a rainha Irminburga, casada com o rei Egfrido, contava para o rei sobre “as glórias temporais de Vilfrido, suas riquezas, o número de seus mosteiros, a grandeza de seus prédios, o incontável exército de seguidores que portavam vestes e armas reais”.¹⁴ Após perder sua sé, Vilfrido viaja até Roma, pede por um decreto papal pelo retorno de sua sé e é atendido (VW, 29-32). O rei ignora o decreto papal. Em um primeiro momento, aprisiona Vilfrido, retirando todas as marcas de distinção da sua posição social (VW, 34). Em seguida, Vilfrido é exilado e segue em direção ao sul. Ao chegar em Sussex, converte a região de Selsey ao cristianismo e, como recompensa, recebe do rei um assento episcopal e noventa lotes de terra (VW, 41). (SILVA R. R., 2019, p. 176)

Além de ignorar o decreto papal, o Rei ainda exila o favorecido. Ou seja, não obstante ignorar a decisão favorável ao Bispo, ainda o expulsa. Tardiamente, por sua resiliência, e ter sido produtivo, apesar de exilado, Vilfrido alcança o reconhecimento real. Mas não por sua fé, ou pela intercessão do Papa, e sim porque alcançou benefícios ao Rei. O que torna a situação ainda mais extravagante é que, segundo Edgardo Morales⁵⁸, mosteiros cristãos insulares não permaneceram apenas na Irlanda, mas continuavam agindo dentro do território real sem sofrer represálias. Por tanto, dizer que o sínodo de Whitby unificou a Igreja da Inglaterra é uma falácia, pois que continuaram coexistindo ambas as formas, até que fosse de interesse régio a extinção.

Alfred de Wessex (871-899)

O Rei Alfred é uma figura fundamental para estudar a Grã-Bretanha, é ele quem lançou as bases do que seria a Inglaterra. A Alfred se dá o mérito por ter unificado os reinos, criado, ou reorganizado, a hierarquia social, e estabilizado as questões da Igreja. Ou seja, segundo o Prof. Dr. Medeiros, ele fez a nação (MEDEIROS E. O., 2011, p. 138). Medeiros diz que, ao por em prática todas estas coisas, Alfred buscava fazer um renascimento aos moldes carolíngios. Boa parte da Grã-Bretanha havia sofrido invasões vikings, quase todos os povos precisaram migrar para Wissex a fim de sobreviver. Alfred viu nisso um castigo espiritual e, a exemplo de Constantino e Carlos Magno, restaurou seu reino sob o poder da fé. Ele acreditava que tudo aquilo se tornava de um castigo e que Wissex seria testada. Segue o assunto conforme trabalhado por Medeiros.

⁵⁸ Cf. MORALES, 2019, p. 59

Voltando novamente à figura do rei Alfred, quando este assume o trono do reino de Wessex (c. 871), mais da metade da Inglaterra se encontrava sob a ocupação dos invasores vikings. Reinos como a Nothumbria, Anglia Oriental e parte de Mercia haviam sido invadidos, seus reis mortos ou exilados, suas casas reais extintas e sua aristocracia remanescente extremamente fragmentada. Apenas o reino de Wessex ainda permanecia relativamente ileso, com sua aristocracia e sua realeza. Assim, aqueles que não haviam perecido ou se aliado aos escandinavos buscaram refúgio nas terras de Wessex. Em função disso, o ponto fundamental que dá início ao *período alfrediano* seria reunir o que havia restado dos demais reinos e reestruturar esta sociedade anglo-saxônica. Para a realização de tal tarefa, dentro do pensamento alfrediano, era essencial que houvesse uma nova postura espiritual. A ideia seria de que assim como os bretões haviam sido punidos por Deus (por terem se afastado da verdadeira fé) com a chegada dos anglo-saxões, agora seria a vez deles estarem sendo punidos com a chegada dos escandinavos. (MEDEIROS E. O., 2011, p. 139)

Wessex resistiu e colocava como moeda para seu apoio que os beneficiados se batizassem⁵⁹. Por tanto o elo entre os povos que realmente verticalizou a aristocracia inglesa, formando um único reino, foi a religião. Este foi o principal bem comum utilizado, desde então é impossível pensar a monarquia britânica sem a sua Igreja, pois o bem comum da Inglaterra é a sua Igreja.

Eduardo, o Confessor (1042-1066), Guilherme I (1066-1087) e Guilherme II (1087-1100)

Eduardo era filho de Etelberto de Wessex. Sua principal relação com a Igreja se dá porque devido as tentativas de assassinato do herdeiro real, ele foi criado na Normandia, terra de sua mãe, Ema da Normandia. Eduardo, como atesta Oliveira, não gostava de seu lado saxão, desprezava a cultura saxã e entendia a normanda como melhor. Quando foi chamado para assumir o trono inglês, tratou de reformar principalmente aquela instituição que, como visto nos outros casos, é sempre a detentora da cultura e do modo de pensar de um povo. Trocou todos os bispos ingleses da corte por Bispos franceses, ou normandos à época. O francês se tornou a língua oficial da corte, que esteve fechada em torno de uma poderosa elite da Normandia⁶⁰.

Quando faleceu Eduardo, as cortes indicaram Haroldo de Wessex, seu primo, para o suceder. Mas Guilherme, que viria a ser Guilherme I, primo de Eduardo por sua parte normanda, reivindicou o trono e buscou apoio papal para isso. O arcebispo de Cantuária que coroou Haroldo não tinha reconhecimento papal, Guilherme enviou

⁵⁹ Cf. OLIVEIRA V., 2017, p. 71

⁶⁰ Cf. OLIVEIRA V., 2017, p. 76

mensageiros ao Papa Alexandre II se disposto a fazer uma cruzada na Inglaterra e reestabelecer o catolicismo romano. O papa então enviou relíquias para apoiar o rei. Esta narrativa é trabalhada pela profa. Vera Oliveira, mas também por Reis e Ferraese, como se segue.

O impasse não se soluciona através da diplomacia e Guilherme logo começa a pleitear a obtenção da coroa através do uso de armas. Envia emissários para explicar sua posição ao Papa Alexandre II, explanando seus argumentos de que estaria cumprindo uma “guerra justa”. Para a Igreja Católica, a Normandia de Guilherme havia se mostrado como uma melhor seguidora do catolicismo, visto que na Inglaterra vivia um Arcebispo chamado Stigand, excomungado por vários papas por ter adquirido sua posição através das mãos do rei e não das leis canônicas, e que tal vitória permitira a retificação dessa situação. Dessa forma, o pedido é aceito, e o Papa lhe envia um estandarte abençoado e um anel com uma relíquia sagrada, um fio de cabelo de São Pedro, para demonstrar a justiça de sua causa, e que lhe acabar por render grande capacidade propagandística par a condução de sua causa. (FERRARESE & REIS, 2015, p. 1043)

Segundo Vera Oliveira, o episódio da conquista de Guilherme em 1066 marca o fim do cristianismo inglês⁶¹. A observação da autora, no entanto, parece equivocada. Pois, mesmo após este episódio, o Rei e seu arcebispo, Lanfranc, resistiram as reformas de Gregório VII, como assegurou a própria autora⁶². Atestando ainda mais a resistência da Inglaterra a Roma, após a morte de Guilherme I, sucedeu-o Guilherme II, ou Rufos. Este, segundo diversos autores, negou-se a nomear um novo arcebispo após a morte de Lanfranc, entre 1089 e 1093 a sé de Canterbury esteve vacante. O rei tomava para si os recursos que eram destinados ao arcebispo. Somente quando uma grave doença o teria acometido que decidiu nomear Anselmo como Bispo. Este último era fiel ao Papa e, garantem as fontes, recebeu a sagração Episcopal a força. Vide em Martins.

Lanfranco morreu em 1089. Anselmo sucedeu-lhe em 1093. O rei (William Rufo) previra não substituir Lanfranco e guardar para si os rendimentos do arcebispado. Só uma grave doença conseguiu obrigar William Rufo, num momento de pânico, a investir Anselmo, que muito protestava contra tal honraria. Viram-se compelidos «literalmente a arrastar o arcebispo até ao

⁶¹ Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 76

⁶² Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 80

leito do rei que lhe pôs à força o anel no dedo e o báculo na mão, enquanto os bispos entoavam o Te Deum». (MARTINS, 2009, p. 378)

Após o episódio o Rei se recuperou, mas não declinou de resistir ao papado. Guilherme Rufos impediu que o arcebispo recebesse o pálio papal, ele mesmo o investiu e não reconhecia a autoridade espiritual do Papa. Também em Martins é possível ver este relato.

Anselmo recorda, por exemplo, que havia falado do pálio (símbolo espiritual conferido pelo papa) ao rei, mas que este não apenas o impedira de realizar esse pedido – o rei não reconhecia oficialmente o papa –, como ainda o intimidara a não apresentar desculpas pela demora. (MARTINS, 2009, p. 380)

As mortes de Guilherme e Anselmo não apagaram o debate, Henrique I, sucessor de Guilherme Rufos, também não aceitava as investiduras papais⁶³. Henrique II, teve de enfrentar o arcebispo Thomas Beckett. Até então, clérigos e leigos eram julgados na justiça civil. Beckett exigia que os casos do clero fossem levados apenas aos tribunais eclesiásticos e, mesmo nos casos de crimes graves, que não passassem pelo juízo comum. O arcebispo dividiu o país e causou relativa histeria, pois, além de negar-se a justiça comum, reconhecia como última instância apenas o Papa. Foi assassinado em condições suspeitas e elevado a santo por seu aliado, o Bispo de Roma. O caso do debate jurídico é relatado por Abel Forero, professor da Pontificia Universidade Javeriana.

El arzobispo reclamaba la autonomía de los tribunales de la Iglesia para juzgar clérigos que hubiesen cometido delitos, la eliminación de un segundo juicio laico si ya existía decisión eclesiástica y la apelación ante el papa por este tipo de sentencias. El rey, por su parte, reivindicaba el respeto de las costumbres del reino; es decir, ser segunda instancia en los juicios, intervenir en la designación de cargos eclesiásticos, ser enterado de una decisión de excomunión, y disponer de bienes en caso de vacancia episcopal. (FORERO, 2012, p. 149)

João Sem Terras (1199-1216)

O caso de João Sem Terras é bastante interessante porque a partir dele os reis não são mais, necessariamente, o centro do conflito com a Igreja. João ficou lembrado como o pior Rei da Inglaterra, coincidência ou não, depois dele não houve nenhum outro “John” coroado. Os conflitos envolvendo este monarca iniciaram em 1205. Após a morte do Arcebispo Hubert Walter, os monges em Cantuária sugeriram um nome

⁶³ Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 83

para assumir a sé, houve qualquer debate interno e o país foi surpreendido com uma arbitrária nomeação papal. Estevan Langdon foi nomeado por Inocêncio III, mas rejeitado pelo Rei. Em resposta o país foi excomungado. A expectativa do Papa era que houvesse histeria, pois, as pessoas ficavam privadas de comungar, mas não aconteceu. Então o Bispo de Roma ameaçou uma cruzada contra a Inglaterra com apoio do Rei Felipe II da França. O Rei João recuou, porém, tentando recuperar a honra posteriormente, iniciou uma série de conflitos com a França. Houve consideráveis perdas de territórios e descontentamento dos barões. Arruda comenta o caso desta maneira.

João também se desentendeu com a Igreja Romana acerca da nomeação de um novo arcebispo para a Sé de Canterbury. Os religiosos locais tinham um candidato, e João pretendia nomear um homem de sua confiança. Porém o Papa Inocêncio III decidiu impor seu próprio escolhido, Estevão de Langton, um padre reconhecido por seu caráter e sua notável cultura. João não só recusou reconhecer a nomeação de Estevão de Langton, mas também sequestrou os bens do arcebispado de Canterbury. O Papa replicou impondo um interdito à Inglaterra (proibição de celebração dos rituais religiosos em geral), excomungou João, e autorizou o rei da França a dirigir uma cruzada contra a Inglaterra. João teve que ceder, e simbolicamente entregou sua coroa ao Papa, e depois a recebeu de volta, agora como vassalo da Santa Sé, e aceitou a nomeação de Estevão de Langton como arcebispo de Canterbury. (ARRUDA, 2017, p. 17)

O arcebispo então, que era visto como interventor de um príncipe estrangeiro (o Papa), reuniu os barões ingleses. Com base na carta de direitos de Henrique I, redigiu a Carta Magna de 1215. Medeiros construiu um breve histórico que faz compreender porque Langton não é o criador da Carta.

A Magna Carta Britânica surgiu no rastro de alguns precedentes; a antiga constituição judiciária saxônica já protegia a liberdade pessoal. Não foi, portanto, uma criação. Ela proclamou direitos, mas não ofertou instrumentos eficientes para suas garantias. No início do século X, exatamente no ano 1100, o Rei Henrique I já tinha dado a seus súditos um estatuto semelhante, sem as imposições que cercaram o advento do compromisso do século XIII. (MEDEIROS W. P., 2007, p. 14)

O que mais chama a atenção para quem estuda o anglicanismo ao tomar conhecimento da carta de 1215 é o fato dela declarar a Igreja Anglicana livre. Foi a

primeira vez que o termo “Anglicana” foi utilizado ⁶⁴. O primeiro artigo desta constituição, que é vigente nos tempos atuais, diz o seguinte:

A Igreja Anglicana será livre e serão invioláveis todos os seus direitos e liberdades: e queremos que assim seja observado em tudo e, por isso, de novo asseguramos a liberdade de eleição, principal e indispensável liberdade da Igreja de Inglaterra, a qual já tínhamos reconhecido antes da desavença entre nós e os nossos barões. (Magna Carta - 1215 (Magna Charta Libertatum), 2021)

É importante perceber que em nenhum momento, até a Magna Carta, houve plena compreensão entre Roma e Inglaterra. Nem todos os reis foram citados, apenas os que se envolveram nos maiores atritos, mas ainda assim, todas as situações apresentam precedentes e reflexos. Ou seja, não foram problemas apenas de um monarca. A mudança a partir do Rei João I é que o parlamento inglês passa a tomar frente nos conflitos, e logo em seguida surgirá John Whiclyf, a “Estrela Matutina da Reforma”.

⁶⁴ Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 107

5. A REFORMA

A Reforma Protestante não foi fruto de ações externas, mas do processo de fragmentação vivido pela Igreja de Roma a partir da sua separação da Igreja Ortodoxa. Neste capítulo será estudada a degradação da autoridade eclesiástica romana, devido a sua adesão a doutrinas heterodoxas, a pré-reforma Inglesa e a Reforma Anglicana.

A Heterodoxia Romana

“Nos últimos anos do século XV, se difundiu a crença de que, depois do Grande Cisma, ninguém tinha entrado no Paraíso.”⁶⁵. Jean Delumeau, no livro “Nascimento e Afirmação da Reforma”, dá a entender que, de certa forma, os europeus tinham mais confiança na Primazia Oriental que Ocidental. Já se viu neste trabalho que houve uma escalada do poder da Igreja de Roma, um passo importante neste sentido foi a coroação de Carlos Magno. De Constantino até Irene de Atenas, o Imperador Cristão, com o poder de convocar concílios, era o Imperador Romano do Oriente. Isso fazia que o centro da fé cristã fosse Bizâncio. No ano 800, durante as crises do reinado de Irene, a Igreja ocidental viu a oportunidade de restituir a autoridade ao Ocidente, como garante a pesquisadora Letícia Pimenta.

A coroação de Carlos Magno no Natal de 800 é entendida como uma *restauratio et translatio imperii*, uma vez que visava não apenas restaurar o Império no Ocidente como também a transferência do Império Romano do Oriente para o Ocidente (...) Ele considerava Carlos Magno *rector ecclesiae*, ou seja, condutor da sociedade dos cristãos e acreditava que ele, por suas virtudes e sucessos pessoais possuía um poder superior ao do papa e do imperador oriental e por isso era o único que poderia proteger as Igrejas e em virtude disso Deus lhe concedeu o poder supremo sobre os diversos povos. (PIMENTA, p. 3)

Ainda que a citação fale mais de Carlos Magno que dos imperadores orientais, a partir da compreensão de que ele passaria a desempenhar as funções destes, é possível antever quais eram os poderes do monarca de Constantinopla. Como já comentado, a primazia cristã da Igreja Romana (oriental ou ocidental), não era de um Bispo, mas do Imperador, que possuía mais autoridade que as figuras eclesiásticas. E, dentre os eclesiásticos, quem possuía a autoridade de Bispo Ecumênico, ou seja, Bispo de todas as Igrejas, era o patriarca de Constantinopla, conforme decisão do concílio de Calcedônia (451)⁶⁶. O que a história mostra é que, mesmo que esta

⁶⁵ Cf. DELUMEAU, 1989, p. 61

⁶⁶ Cf. ORLANDIS, 2004, p. 247

mudança tenha tido grande influência, na mentalidade dos medievais, o referencial de Igreja ainda era Constantinopla. Delumeau diz que, a partir do cisma de 1054, um clima de completa desesperança tomou conta dos ocidentais. Ainda que entre a Reforma e o Cisma se passasse mais de 400 anos, este período foi marcado por intensas crises, Delumeau destaca as seguintes.

A guerra dos cem anos, a peste negra, numerosas crises, a loucura de Carlos VI, o Grande Cisma que se prolongou por 30 anos ante a estupefação indignada do mundo cristão, as Guerras das Duas Rosas, as guerras hussitas, o desaire do grande Estado Burguinhão com a morte trágica de Carlos o Temerário, a ameaça turca crescente contra a qual se põem a rezar todos os dias recitando o Ângelus. (DELUMEAU, 1989, p. 60)

O grande cisma, ocorrido em 1054, teve como causa a inserção da cláusula *filioque* no credo niceno-constantinopolitano por parte da Igreja ocidental. A importância desta pequena frase anexada ao credo tem uma função prática bem maior do que parece. O símbolo que motivou o cisma foi formulado em dois momentos, a primeira parte no concílio de Niceia (325), e a segunda no Concílio de Constantinopla (381). Na primeira parte foi decidido sobre a divindade do Pai e do Filho, na segunda sobre o Espírito Santo.

A segunda parte é a que interessa para este trabalho, pois nela que, em 381, se colocou que o Espírito Santo procede do Pai⁶⁷. No século IX a Igreja de Roma decidiu oficializar a mudança do credo, inserindo que o Espírito procede do Pai e do Filho, o que culminou na excomunhão da Sé Romana por parte do Patriarca Miguel Cerulário⁶⁸. Isto ocorreu porque os concílios citados estavam entre os sete concílios católicos, alterar suas decisões implicavam em heterodoxia, ou, deixar de ser católico. A importância disto é que, segundo a Bíblia, a Igreja é Cristo⁶⁹, mas não é o Pai, e o Espírito é o paraclito, a parte de Deus que permaneceu com a Igreja⁷⁰. Ora, antes da cláusula, a Igreja não tinha poder sobre o Espírito, por tanto, uma série de coisas não eram julgadas ou decididas em totalidade.

A partir disso, a Igreja passa a julgar absoluta, inclusive sobre os sacramentos, podendo, por exemplo, vender o perdão de Deus. Outra decisão, fruto do poder da Igreja sobre o Espírito, foi a transubstanciação. Esta doutrina, oficializada no concílio de Lateranense em 1215, explica o que acontece na consagração dos elementos, o

⁶⁷ Cf. KLEIN, 2012, p. 67

⁶⁸ Cf. ORLANDIS, 2004, p. 247

⁶⁹ Cf. Romanos 12:4-5

⁷⁰ Cf. João 15,16

que antes se chamava mistério da fé⁷¹. É sobre isso que Delumeau fala quando diz que o que levou a Reforma não foram os escândalos, que já existiam antes, mas o escárnio com a concepção da Igreja de Roma sobre os sacramentos⁷².

É importante lembrar que neste período a vida, em nenhum dos seus sentidos, se separava da religião. Portanto, se o mundo civil estava convulsionando, a Igreja teria relação tanto com as causas como também seria afetada pelos efeitos. De modo que, garante Delumeau, até o século XIII a figura do crucificado não era vista nas Igrejas, era o período do “Bom Deus”. Com tudo que passou a acontecer na sociedade ocidental, as Igrejas foram tomadas de imagens sangrentas e dolorosas, representações daquele mundo.⁷³ Todas estas coisas levaram ao cisma do Ocidente, ou “Cativeiro da Babilônia”.

O Cisma do Ocidente

Os sentimentos nacionalistas que afluíam na baixa Idade Média, devido a expansão do poder régio, faziam com que os reinos quisessem, dentro do seu projeto de autonomia, ter suas próprias Igrejas. No século XIII, devido a crises de sucessão do trono, a situação era insustentável entre França e Inglaterra, acrescentava-se nisso a peste e a fome que varriam a Europa. Diante desta situação, a fim de cessar o conflito e poder convocar novas cruzadas, o Papa Clemente V resolveu acompanhar a situação mais de perto, transferindo a Sé Papal para Avignon (1305), na França. Conforme Diehl.

Devido à necessidade de selar a paz entre a França e a Inglaterra para poder convocar uma cruzada, além do desejo de convocar logo um concílio e da piora de sua saúde, Clemente V decidiu estabelecer-se temporariamente nas terras do Condado Venaissino. O mencionado senhorio havia se tornado feudo papal em 1274 por doação do conde Raymond VII de Toulouse. Outro motivo que retardava o retorno do papa à Roma eram os conflitos internos entre a aristocracia italiana e os grupos guelfos e gibelinos. (DIEHL, 2018, p. 46)

Enquanto isso, os ingleses, com seu largo histórico de conflitos com Roma, não viram a atitude do Papa com bons olhos. Na Inglaterra os conflitos com a França cresciam e o sentimento antipapa também. Como se vê em Selvatici.

Aliada à crise de seu papel como guia espiritual da Cristandade, a Igreja Católica tem sua posição hegemônica ameaçada com o desenvolvimento do

⁷¹ Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 118

⁷² Cf. DELUMEAU, 1989, p. 60

⁷³ Cf. DELUMEAU, 1989, p. 64

sentimento nacional nos diversos reinos. Na Inglaterra, a consequência deste processo foi a proibição, em meados do século XIV, da apelação ao tribunal papal nos processos judiciais em curso no país e envio de taxas eclesiásticas para o exterior. A instituição na Inglaterra começava a criar autonomia em relação ao papado. (SELVATICI, 2007, p. 15)

Não obstante a situação política internacional que envolvia diversos fatores, a Igreja também se desmoralizava sozinha. De Clemente V até Gregório XI (1309-1378), o papado esteve em Avignon. Gregório fez que a Sé retornasse a Roma, após a sua morte, para garantir que em Roma permanecesse, foi eleito Urbano VI. Após assumir o posto, Urbano entra em choque com os cardeais que o elegeram, acusando-os de vaidade e outras coisas pouco evangélicas. Em resposta um novo papa é eleito em Avignon, Clemente VII, estava dado o Cisma. Para remediar a situação um outro Papa é eleito, a Igreja passava a ter três Papas, a situação só se resolveu em 1414 com o Concílio de Constança. Selvatici e Zilles colocam a questão desta forma.

Após o restabelecimento do papado em Roma, Gregório XI morre, o que cria o impasse a respeito de sua sucessão. Os romanos desejam que o novo papa seja romano e a população pressiona o Sacro Colégio neste sentido. (...) Após assumir o posto, Urbano VI modifica sua atitude em relação aos prelados que o haviam elegido. Passa a atacar o luxo deles, o seu gosto pela pompa e o fato de que pouco fazem em conformidade com o ideal evangélico. Tal comportamento obviamente desagradou os cardeais. A resolução dos prelados ante a insubordinação de Urbano é a de tentar anular sua eleição. Eles procuram nas coleções jurídicas argumentos que justifiquem sua medida, no entanto nenhum documento estabelece de forma peremptória a ilegalidade desta eleição. Assim mesmo, eles a desfazem apoiando-se em certos detalhes irregulares do processo de eleição e declaram vago o trono papal romano. Uma segunda eleição estabelece Clemente VII em Avignon. Estava desencadeado o Cisma: a existência simultânea de dois papas, um residindo em Roma, outro na cidade francesa. (SELVATICI, 2007, pp. 15,16)

Para superar o cisma do Ocidente quando, simultaneamente, havia três papas (Roma, Avignon e Pisa), o Concílio de Constança (1414) votou por nações, afirmando sua autoridade suprema sobre a Igreja, para forçar os papas de Roma e Pisa à renúncia e depor o de Avignon. Muitos, por consequência lógica, aderiram ao conciliarismo, ou seja, à doutrina segundo a qual o concílio e não o papa é a última instância nas decisões da Igreja. Aliás, parecia difícil encontrar outra solução, em vista dos fatos ocorridos. (ZILLES, 2013, p. 344)

A próxima parte do trabalho irá tratar de John Wycliffe. Para falar sobre o momento não só de Wycliffe como do parlamento inglês, é preciso pensar no quanto se deteriorou a Instituição Igreja para ser questionada da forma que foi. Delumeau faz uma pergunta que por si já se responde, e é esta questão que se fazia presente para muitos no período.

Dum modo mais geral, poder-se-ia perguntar, nos fins da Idade Média, se a Igreja, que tivera dois, mesmo três papas, ao mesmo tempo, durante o Grande Cisma, e que tantos personagens santos queimara como João Huss, Joana d'Arc e Savonarola seria verdadeiramente detentora da verdade. O diálogo entre homem e Deus e a salvação de cada indivíduo deveriam passar necessariamente por esta instituição pletórica e fatigada? (DELUMEAU, 1989, p. 76)

Delumeau tinha tanta certeza de que a crise espiritual estava perturbando os líderes da Europa, que garantiu que o medo da condenação eterna era real entre eles. E, segundo o autor, antes das questões econômicas, era este temor o que mais movia as lideranças que aderiam a Reforma.

Os reis da Suécia e da Dinamarca, os príncipes alemães, os conselhos municipais das cidades do Império e da Suíça que impuseram a Reforma a seus súditos, eram movidos muito mais por um sincero sentimento cristão que por sórdidas ambições políticas e financeiras. (DELUMEAU, 1989, p. 74)

John Wycliffe

Delumeau cita três ideias que seriam comuns aos reformadores: justificação pela fé, sacerdócio universal e infalibilidade apenas da Bíblia.⁷⁴ A história que leva até a Reforma possui uma série de fatores, mas o Doutor de Oxford, John Wycliffe, é a primeira pessoa em que estas ideias aparecem organizadas, por isso ele é chamado de “Estrela Matutina da Reforma”⁷⁵.

A atuação deste importante personagem não iniciou como uma oposição externa à Igreja, mas foi fruto do partidarismo causado pelo próprio desequilíbrio da Cúria. Um dos motivos para o não reconhecimento da eleição de Urbano VI por parte dos cardeais seria a sua política pró-Inglaterra, além das críticas ao luxo dos príncipes clericais. Em 1378, quando um novo Papa é eleito para Avignon, Wycliffe não se opõe a Igreja, mas, como muitos, ficou do lado de Urbano VI, pois o considerava uma pessoa de princípios realmente evangélicos. Devido ao desprestígio da autoridade clerical, Wycliffe se sentiu à vontade para propagar suas ideias. Monica Selvatici trás uma importante contribuição sobre a vida e ações deste reformador.

Tal anticlericalismo se refletia nos movimentos de protesto religioso, dentre os quais, o mais forte e organizado foi o Lollardo, fundado por John Wycliffe, teólogo formado em Oxford que estudara com eruditos marcadamente críticos da doutrina ortodoxa. Ele só começou a difusão de suas ideias em 1378 por ocasião do Cisma do Ocidente. Em relação ao evento, ele demonstrava grande hostilidade em relação aos prelados e se posicionava

⁷⁴ Cf. DELUMEAU, 1989, p. 59

⁷⁵ Cf. CALDAS, 2017, p. 304

claramente a favor de Urbano VI, considerando-o um homem verdadeiramente evangélico – opinião veiculada na ‘Carta ao Papa Urbano’ escrita, provavelmente, logo após a eleição deste último.

Os textos de Wycliffe reivindicavam, primeiramente, a Bíblia como única base sólida para as crenças cristãs. Além disso, os textos sagrados deveriam ser divulgados em inglês e colocados ao alcance de todos. Ele condenava a vida monástica e a manutenção pela Igreja de suas riquezas – questão em relação à qual a maioria dos movimentos anticlericais estava de acordo – e defendia, ao contrário, o casamento aos clérigos. Suas ideias, consideradas heréticas, incomodavam o arcebispo de Canterbury. Por diversas vezes, escapou da condenação enquanto herege, graças a suas relações com os nobres do período, dentre eles o duque de Lancaster e a viúva do Príncipe Negro. Além disso, com o passar do tempo sua popularidade cresceu em meio aos habitantes de Londres. (SELVATICI, 2007, p. 17)

O movimento dos “Lolardos” citado anteriormente, tratou-se de uma organização de pessoas que difundiam as ideias de Wycliffe. O nome faz referência a algo como “cochichadores”, porque o reformador não queria criar atritos públicos, ao contrário, difundia as suas ideias por meio de grupos secretos. Ainda assim, diversas vezes as ideias de Wycliffe atingiram o grande público, as razões anteriormente citadas para sua não condenação acrescem-se de outra razão. Nos tempos de John Wycliffe a Igreja Romana estava tão desmoralizada na Inglaterra que, segundo Vera Oliveira, era comum o ditado que dizia “Se Abel fosse padre, o júri de Londres inocentaria Caim”. O grupo dos lolardos foi tão persistente e resistente que foram os grandes responsáveis por difundir ideias reformistas quase dois séculos depois, no período de Henrique VIII, como se lê a seguir.

Enquanto os problemas matrimoniais de Henrique VIII se agravavam por falta de um herdeiro masculino, um grupo de homens jovens estava surgindo, os quais estavam começando a se interessar pelas novas ideias vindas da Alemanha e, mais tarde, da Suíça. As ideias reformistas foram, tanto no plano teológico como no político, recebidas na Inglaterra e logo começaram a ser difundidas, principalmente pelos remanescentes da velha tradição lolarda que tinham sobrevivido, geração após geração, às terríveis investidas para exterminá-los. (OLIVEIRA V. , 2017, p. 153)

Neste ponto se estabelece a relação histórica entre Wycliffe e Henrique VIII. É importante perceber o tempo como corria neste período, as coisas eram muito lentas. Isto provavelmente tinha a ver com a velocidade das informações, até que algo se difundisse a ponto de ter proporções relevantes, havia um longo período. Por isso se vê o movimento lolardista florescendo tanto tempo depois e longas pontes podem ser feitas sobre a linha do tempo, unindo o pretérito perfeito ao futuro.

Henrique VIII

Henrique VII foi rei da Inglaterra entre 1485 e 1509. Seu reinado foi marcado pela economia. O rei buscava recuperar as finanças do país que há muito eram prejudicadas pela peste e pela guerra com os franceses. Na tentativa de reerguer-se diante da França, o rei propôs a união de seu filho com Catarina de Aragão, filha de Isabel de Castela e Fernando II de Aragão. Conta-se que a primeira vez que os príncipes tiveram roupas próprias foi para receber a princesa, que seria esposa de Arthur de Gales, sucessor do trono⁷⁶. O infortúnio desta história é que quatro meses após o casamento o príncipe morreu, diante do impasse entre os reis da Espanha e da Inglaterra, decidiu-se que Catarina se casaria com o novo sucessor, o futuro Henrique VIII. O casamento, segundo a legislação canônica, seria impossível, mas o Papa Julio II, o mecenas de Roma, concedeu uma dispensa extraordinária, que teria sido comprada pelo próprio Henrique VII⁷⁷. Como já é conhecida a história, Henrique VIII e Catarina não conseguiram gerar um herdeiro para o trono.

Henrique considerou que a impossibilidade de gerar filhos homens fosse um castigo divino, então solicitou o divórcio ao papa Clemente VII. Talvez o divórcio tivesse sido concedido se Roma não tivesse sido a ocupação de boa parte da Itália por Carlos V, sobrinho de Catarina. O papa pediu paciência ao rei, não concedeu, mas também não negou o divórcio. Como se lê a seguir.

O papa, na época, era Clemente VII, que estava vivendo uma situação política extremamente difícil: havia sido aprisionado pelo imperador alemão, Carlos V, e, ao mesmo tempo, rei da Espanha. Catarina era sua tia e, logo que ela soube do pedido de Henrique, escreveu cartas ao papa e ao sobrinho, pedindo ajuda. O papa não podia contradizer Carlos V, que proclamara seu apoio a tia e, ao mesmo tempo, não queria se indispor com Henrique. (OLIVEIRA V. , 2017, p. 155)

Um personagem fundamental para compreender as decisões de Henrique VIII a partir do silêncio papal é Thomas Cranmer. Arcebispo de Cantuária nomeado pelo parlamento, por Henrique e aceito pelo papa, tinha fortes tendências protestantes e influenciou Henrique para a separação⁷⁸. Cranmer é o ponto chave para a mudança

⁷⁶ Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 147

⁷⁷ Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 147

⁷⁸ Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 153

de atitude do Rei que em 1521 recebeu, do próprio Leão X, o título de defensor da fé, por se opor ao luteranismo⁷⁹.

Segundo Jean Delumeau, o título de defensor da fé foi fundamental para que o povo acolhesse as reformas de Henrique, que viriam adiante⁸⁰. O povo não via com clareza a separação entre o poder temporal e espiritual, já que, mesmo na França, o parlamento intervinha em favor dos leigos diante dos desmandos da Igreja⁸¹. Por tanto, ainda que soe estranho, que em 1533 o casamento tenha sido anulado pelo arcebispo Cranmer com autorização não do Papa, mas do parlamento, não gerou estranheza. Assim como na questão de Wycliffe diante do cisma, a própria Igreja se mostrou vulnerável quando o papa foi sequestrado pelo rei do país mais católico do período⁸². Henrique então emitiu alguns atos a fim de interferir na vida religiosa do país e estabelecer sua liderança. Em 1529 estabeleceu que todo o clero deveria pagar um imposto de dez mil libras e reconhecê-lo como “Protetor Singular, único e supremo Senhor, e tanto quanto as leis de Cristo o permitirem, cabeça da Igreja”⁸³. Estava dado o ato de supremacia. Outro importante ato de Henrique foi a extinção do imposto das anáguas, valores altos pagos pelo povo à cúria romana para sustentar as cruzadas e, por fim, o ato que impedia que se recorresse a Roma em qualquer questão. Este foi o último ato antes da excomunhão de Henrique em 1534⁸⁴.

Delumeau aponta outra importante atitude de Henrique para a sustentação da reforma. Além de extinguir os impostos que iam para Roma, ele também extinguiu uma grande quantidade de mosteiros que representavam 1/15 da economia do país, formando assim uma forte aristocracia rural que sustentou a Reforma⁸⁵. Uma importante figura do pós excomunhão foi Tomás Cromwell, nomeado conselheiro do rei em assuntos eclesiásticos, foi ele o responsável por pensar a Igreja além da administração secular. Um breve resumo da espiritualidade sob Henrique VIII e Tomas Cromwell foi feito por Delumeau e se encontra a seguir.

Henrique VIII fizera de um leigo, Tomás Cromwell, seu conselheiro em matéria eclesiástica. Ora Cromwell conciliava de maneira bastante paradoxal uma profunda admiração pelos escritos de Maquiavel com simpatias

⁷⁹ Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 154

⁸⁰ Cf. DELUMEAU, 1989, p. 74

⁸¹ Cf. DELUMEAU, 1989, p. 75

⁸² Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 159

⁸³ Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 160

⁸⁴ Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 163

⁸⁵ Cf. DELUMEAU, 1989, p. 138

luteranas. Tentou pois levar o Rei para o Luteranismo. Houve um instante em que Henrique VIII, que se aproximava da liga de Smalkalde, pareceu encaminhar-se no sentido desejado pelo seu vigário geral para assuntos espirituais. Em 1536, alguns enviados do soberano se dirigiram a Wittemberg. No mesmo ano, um sínodo inglês presidido por Cromwell adotou uma Confissão de fé em Dez Artigos que se afastava da doutrina romana. Certamente eram mantidas as cerimônias católicas, assim como as imagens, as invocações aos santos e as preces pelos mortos; a transubstanciação era afirmada. Mas a Escritura e os três primeiros símbolos constituíam a Suprema Autoridade: era proclamada justificação apenas pela fé; só três sacramentos eram mantidos. Henrique VIII não conservou por muito tempo seus sentimentos pró-luteranos. Se bem que tivesse ordenado, em 1537, a todas as igrejas do reino que possuíassem uma Bíblia inglesa – decisão de grande consequência – mandou redigir, nesse mesmo ano, uma nova confissão de fé (The Bishop's Book) que restabelecia os sete sacramentos. Em 1538, interditou o casamento dos padres e, em dezembro de 1539, o parlamento votou um ato para abolir a diversidade das opiniões que foi chamado o “azorrague de seis cordas” por tratar-se de uma confissão de fé em seus artigos. O primeiro afirmava a transubstanciação e prometia a fogueira aqueles que negassem; o segundo declarava inútil para os leigos a comunhão sob ambas espécies; o terceiro e quarto interditavam o casamento dos padres, monges e antigos monges; os dois últimos mantinham missas privadas e a confissão auricular. O Bishop's Book, transformado em King's Book em 1534, recomendou a devoção à Virgem e aos santos e interditou a leitura privada da Bíblia. Em 1540 Cromwell fora executado. (DELUMEAU, 1989, p. 138)

As informações deste parágrafo serão uma contextualização da página 140 do livro “Nascimento e Afirmação da Reforma” de Jean Delumeau, que se dedica a tratar sobre o reinado de Eduardo VI. Henrique VIII faleceu em 1547, quando assumiu o trono seu filho, Eduardo VI, com nove anos. Devido a idade do novo rei, foi preciso a direção de protetores, primeiro Somerset, entre 1547 e 1549 e depois Warwick, 1549 a 1553. Eduardo faleceu com 15 anos. Delumeau aponta como os principais feitos deste a revogação dos seis artigos, anteriormente citados, autorizando assim o casamento do clero, a comunhão sob ambas as espécies e a lei sobre a traição foi amenizada⁸⁶.

Um importante ato do reinado de Eduardo foi a criação, em 1549, do primeiro Livro de Oração Comum. A principal função deste primeiro era transformar as missas em atos de louvor, não de sacrifício. Em 1552 Cranmer produziu uma nova edição do livro, desta vez, com tendências bem mais calvinistas. Também foi escrita a confissão anglicana de quarenta e dois artigos. Altares foram substituídos por mesas, imagens e relíquias foram destruídas. Em 1553 falecia Eduardo VI, com quinze anos. A ele sucedeu sua irmã, conhecida como Maria Sangrenta, filha de Catarina de Aragão. Casada com Felipe de Espanha, Maria tentou retomar a fé Romana à força: 273

⁸⁶ Cf. DELUMEAU, 1989, p. 139

clérigos foram executados, 800 exilados. Ela faleceu após cinco anos de reinado e sua morte foi comemorada pela população.⁸⁷

Elizabeth I

Delumeau inicia seu capítulo sobre Elizabeth I desta forma. “A nova Rainha, filha de Ana Bolena, não era nem teóloga, nem muito religiosa. Praticou sistematicamente uma política erastiana e fundou verdadeiramente a Igreja Anglicana, solução intermediária entre o Catolicismo e o Calvinismo.” (DELUMEAU, 1989, p. 141) Por outro lado, Vera Oliveira dizia que a Rainha, “mesmo no seu exílio involuntário, conseguiu ter uma educação aprimorada. Conhecia bem as Escrituras, arte e política. Tudo que ouvia falar em relação ao trono de Maria Ihe servia de reflexão.” (OLIVEIRA V. , 2017, p. 199) Pode-se antever destas duas posições que de fato Elizabeth não era uma teóloga diplomada, tampouco era uma leiga nos assuntos religiosos e políticos. Dentro da educação que era permitida para as mulheres de seu tempo, como diz Oliveira, a sua foi aprimorada. Além dos saberes religiosos, políticos e artísticos, na mesma página, Oliveira relata que a Rainha se mantinha a par da situação no reinado de sua irmã e seu irmão. Quer dizer, quando ascende ao trono com 25 anos, em 1558, dos relatos estudados até aqui, Elizabeth parece a que melhor se preparou para a função.

Segundo Vera Oliveira, Elizabeth buscou cercar-se dos melhores nomes em seu reinado. Quando ascendeu ao trono, a Sé de Cantuária estava vacante, para esta posição nomeou Mateus Parker, e para sua chancelaria, Lord Robert Cecil⁸⁸. Delumeau concorda que os prelados escolhidos por Elizabeth foram de elevado valor espiritual⁸⁹. Segundo o dicionário teológico de Yves Lacoste, “não houve teólogo dominante à maneira de Lutero ou de Calvino. O que contava muito mais, de fato, na Igreja era a experiência nacional da unidade do culto em língua vulgar e não a paixão teológica.” (LACOSTE, Dicionário Crítico de Teologia, 2014, p. 127) O dicionário ainda continua dizendo que a postura geral dos teólogos ingleses sob Elizabeth era moderada.

Sobre o governo Elizabetano, há três importantes marcos a serem considerados. Primeiro que vendo o exemplo de sua irmã, que pelo casamento

⁸⁷ Cf. DELUMEAU, 1989, p. 140

⁸⁸ Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 199

⁸⁹ Cf. DELUMEAU, 1989, p. 141

submeteu a Inglaterra a Espanha, optou por não se casar. Ela argumentava “não desejava se submeter a um marido que eventualmente não tivesse os mesmos valores que ela. Chegou mesmo a dizer que havia se casado com a própria Inglaterra.” (OLIVEIRA V. , 2017, p. 200) Além deste marco pessoal, que diz muito sobre sua forma de reger, o ato de supremacia e o ato de unidade devem ser cuidadosamente estudados. O primeiro pode ser lido integralmente no livro “Documentos da Igreja Cristã”, de Bettenson. Foi semelhante ao Ato de Supremacia de Henrique VIII, com a diferença de que Elizabeth não foi chamada “Cabeça Suprema”, o que seria uma comparação com Jesus⁹⁰, mas “Governante Suprema”. Este ato também revogava todas as ações de Maria com relação a Roma, pois abolia qualquer forma de jurisdição estrangeira sobre a Inglaterra, fosse temporal ou espiritual⁹¹. Jean Delumeau e Vera Oliveira concordam que as reações contra esta determinação foram pífias ⁹². Delumeau apresentou números, segundo ele, dos 9.500 clérigos encarregados de paróquias, menos de 500 se negaram a jurar fidelidade a Rainha⁹³.

O segundo ato decidido pelo parlamento Elizabetano em 1559, que é de grande importância, é o Ato de Uniformidade da Fé. Se falará sobre ele a partir das pesquisas de Vera Oliveira. Este Ato foi responsável por reintroduzir o Livro de Oração Comum, que é manual básico da fé anglicana. Por meio dele foram restauradas as vestes eucarísticas, o ajoelhar-se para orar, as invocações ao nome de Jesus e formas de pregação e catequese mais regulares e eficientes. Este livro também regulamentou a avaliação das candidatas a esposas do clero, que deveriam ser avaliadas por juízes de paz. A partir disso surgiu um grupo chamado “visitadores reais”, que secretamente visitavam paróquias para observar se os dois Atos e demais normas estavam sendo respeitados.

Poder-se-ia dizer que a partir daqui estavam lançadas as bases definitivas da fé anglicana, mas ainda faltava algo. De fato, em teoria e direito, o Ato de Supremacia sustentou a Igreja Anglicana dentro da Inglaterra. O Ato de Uniformidade permitiu que ela se expandisse pelo mundo assumindo diversas formas sem perder a essência presente no Livro de Oração Comum. Mas esta construção teórica e jurídica não teria se estabelecido sem um ponto final na questão com Roma, uma demonstração de

⁹⁰ Cf. Efésios 5.23; Colossenses 1:18

⁹¹ Cf. BETTENSONS, 2011, p. 336

⁹² Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 200 e DELUMEAU, 1989, p. 141

⁹³ Cf. DELUMEAU, 1989, p. 141

força da Rainha que, para seus contemporâneos, foi uma assinatura do próprio Deus. Entre 1558 e 1570 Elizabeth colocou em prática todas as reformas que pretendia sem grandes distúrbios com Roma, isso porque o Papa Pio IV pretendia reconvertê-la. Com a morte deste último, ascendeu à cátedra Pio V, que em 1570 excomungou Elizabeth e incitou os súditos a se rebelarem contra a Rainha, libertando, inclusive, parceiros estrangeiros de qualquer tipo de acordo com a Inglaterra. O documento pode ser lido integralmente em “Documentos da Igreja Cristã”⁹⁴. A bula papal não surtiu efeito, nem súditos, tampouco parceiros estrangeiros reagiram contra Elizabeth.

O episódio narrado a seguir é citado brevemente por Delumeau como “o desastre da armada invencível” (DELUMEAU, 1989, p. 142). Sua descrição mais completa, principal referência deste parágrafo, está no livro “A História do Anglicanismo na Inglaterra”⁹⁵. O Papa então convocou os Reis Católicos para um ataque contra a Inglaterra, sendo capitaneados por Felipe II, rei da Espanha e viúvo de Maria I. A chamada “Armada Invencível” demorou três anos para ser organizada, diante do desafio de vencer a armada inglesa, na qual Elizabeth depositou todas as fichas desde o início de seu reinado. Também os civis foram chamados pela Rainha para estabelecerem um sistema de fogueiras na costa, e que cada cidadão, principalmente os litorâneos, defendessem seus territórios. A organização inglesa acabou sendo quase desnecessária, enquanto as naus inimigas cruzavam o Canal da Mancha uma tempestade muito violenta formou-se e afundou boa parte dos navios, os poucos sobreviventes foram capturados pela armada real. Isso deu um ponto final nas intenções papais sobre a Inglaterra. A Igreja Anglicana passava a ter um lar seguro para se desenvolver, sem ter que coexistir com igrejas papistas até o século XIX.

⁹⁴ Cf. BETTENSONS, 2011, p. 337

⁹⁵ Cf. OLIVEIRA V. , 2017, p. 209

6. CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho era, analisando alguns pontos da história da Igreja Anglicana, concluir se é possível, ou não, atribuir-lhe o título de católica. É claro que esta discussão seria, por excelência, do âmbito teológico, mas certamente as discussões teológicas levariam em conta as questões históricas. É nesta última que o presente trabalho se deteve. Procurar o que significa o termo católico, levando em conta desde o que disseram os padres da Igreja, até o sentido do dicionário e debates diversos. E, analisando uma série de fatos históricos que se sucederam a Igreja da Britânia, perceber se o que é considerado católico se manteve ou não dentro dela.

No capítulo em que se trabalhou o nascimento da Igreja foi possível compreender que a Igreja não é completamente bíblica. Supondo que o campo da teologia se divide em dois, bíblico e sistemático, o estudo eclesiológico está no âmbito sistemático.

Para compreender o que é a Igreja não basta ir aos Evangelhos, esta instituição tem mais a ver com o contexto histórico que com o que Jesus disse ou deixou de dizer conforme os Evangelhos. Como colocado no capítulo referente, se for usado o método da verossimilhança para analisar os textos, sequer Jesus teria usado a palavra Igreja. No entanto, é evangélico e bíblico afirmar que uma comunidade se formou a partir de Jesus. À primeira vista, fica a impressão de que se trataria mais de um movimento de reforma do judaísmo que do estabelecimento de uma nova religião. Mas, como visto, a partir de São Paulo, que não fazia parte da comunidade original, se inicia um trabalho missionário para a conversão de não judeus. Então houve o conflito entre Paulo e Pedro, já que este último, membro da comunidade original, queria que os novos convertidos se convertessem antes ao judaísmo e depois a Cristo.

Saindo do conflito eclesiástico de âmbito bíblico, majoritariamente entre Pedro e Paulo, há outros dois conflitos que foram comentados. O primeiro não seria um, mas uma sequência de problemas enfrentados pelas comunidades primitivas. Estas, que começavam a escrever os primeiros livros do segundo testamento, atribuíam suas experiências ao próprio Cristo. Por isso alguns anseios da Antiguidade são atribuídos textualmente a Jesus e à Igreja, mesmo tendo origem mais cultural, ou seja, da matriz religiosa da época, que divina. O inconsciente religioso do Império Romano contribuiu muito para os textos e para o que se entendeu como Igreja posteriormente.

Principalmente porque os escritores dos primeiros livros estavam mergulhados nestas problemáticas. Ainda que não fosse intencional, a própria interpretação que se fazia da história oral era filtrada pelas experiências de cada pessoa que as transformaria em textos.

O segundo conflito diz respeito aos pais da Igreja e se resume em uma preocupação do bispo Eusébio de Cesárea. Na antiguidade romana, e em boa parte dos povos estudados, o direito de herança era a base da sociedade. A relação com os ancestrais, quase sempre estabelecida através da religião, era o que garantia a cidadania no mundo antigo. Portanto era preciso provar que o Cristianismo não era novo, mas uma resposta aos anseios tanto dos gregos quanto dos judeus. Os responsáveis por sanar estes problemas foram os pais da Igreja. Neste momento se constrói o que se chama de teologia sistemática, já que os textos bíblicos não poderiam mais ser alterados. As respostas que os padres deram aos gregos e judeus não eram sempre necessariamente, ou explicitamente, parte dos livros sagrados. A estrutura eclesial colocando bispos como guardiões da fé e organizando o seu processo de sucessão, por exemplo, não é bíblica. Mas foi uma resposta patrística justamente a questão da manutenção da tradição, algo tão caro naquele período.

Dentro deste debate que valorizou a figura episcopal, colocando-a como uma sucessora dos apóstolos, é que surge o termo “católico”. Como dito ainda no segundo capítulo, Inácio de Antioquia foi o primeiro a usar este termo, ao dizer que a presença do bispo era inerente à presença da Igreja Católica. Isto quer dizer que onde há bispo, ali está a Igreja Universal. Ora, o cristianismo buscou conscientemente responder a gregos e judeus e o Deus de Israel, por meio de Cristo, tornou-se Deus do Universo. Mas, para que as coisas não ficassem tão subjetivas, foi preciso dar nomes e investir autoridades para cuidar da parte tangível desta questão, daí então os bispos.

A presença do epíscopo, que estivesse em coerência com as decisões conciliares, garantia à Igreja o título de católica. Como se viu, nos textos do bispo Eusébio, não há sequer contra argumentação à primazia de Roma, porque a ideia simplesmente inexistia. O que se percebe é que em todas as cidades onde houvesse bispo, tendo este sido sagrado por outros três bispos, estando todos em harmonia com as decisões conciliares, então ali havia uma Igreja Católica. Não se vê, entre os pais da Igreja, nenhuma outra exigência para ser “católico” além destas últimas. O que garantia que uma Igreja fosse católica ou não é que nela houvesse Bispo e que este

estivesse alinhado a tradição. Então havia a Igreja Católica de Tiro, Igreja Católica de Jerusalém e outras tantas.

É neste contexto que se chega ao capítulo 3. Ninguém sabe muito bem nem como nem quando, mas é certo que no século II havia uma Igreja Católica nas Ilhas Britânicas, como afirmou Tertuliano. Seus bispos, conforme colocado anteriormente, compareceram aos concílios de Arles (314) e Rimini (359) e a mantiveram mesmo quando sem contato com o resto do mundo cristão. Assim como a Igreja de Roma absorveu características do Império Romano, a Igreja Britânica também teria absorvido a cultura celta. Pelo que se viu, não se tratava de uma Igreja, mas de Igrejas, todas alinhadas por características comuns. Dentre estas o monasticismo, e em relação de diferença com outras, havia a autoridade das mulheres, a organização social familiar (por clãs), que influenciava os mosteiros e a relação com a natureza. No século VI então há o primeiro contato, após o domínio saxão, destes cristãos celtas com Roma.

Durante o período em que a Igreja celta esteve encarcerada por saxões, o resto da cristandade passou por dois concílios realizados em Éfeso (431) e em Calcedônia (451). O primeiro diminuiu muito o protagonismo das mulheres na Igreja, e o segundo verticalizou as instituições cristãs. Este último, que foi o foco maior do trabalho, não se baseou na tradição, mas em uma insegurança econômica.

A elite episcopal temia que a expansão dos mosteiros, majoritariamente pobres, ofuscassem o poder dos bispos, função geralmente ocupada por nobres. A decisão da Igreja neste concílio foi criar uma eclesiologia única, submetendo toda a cristandade ao episcopado. Quando se deu o contato com os missionários de Gregório, isso gerou uma série de conflitos. Abades com plena liderança, inclusive sobre Bispos, que mantinham sua posição patrística de guardiões da tradição, mas sem os poderes temporais atribuídos pelo concílio de Calcedônia. E abadessas, que tinham liderança sobre homens e mulheres, carregando báculos e mitras. Ou seja, se deixar de lado os termos, é possível observar que as funções temporais, e algumas religiosas, que eram exercidas por abadessas e abades nas Ilhas Britânicas, após 451, no continente, pertenciam somente aos bispos.

Após o sínodo de Whitby (664), a Igreja das Ilhas se une com a Igreja de Roma. Deixa de ser Igreja Católica Celta e se torna Igreja Católica Romana nas Ilhas

Britânicas. É claro que houve resistência por parte de diversos monges, como visto, apenas no período de Eduardo, o Confessor (1042 e 1066), que a sucessão dos Bispos ingleses é extinta, sendo substituídos por normandos. Mas, ainda assim, ao que parece, o baixo clero e as piedades populares fizeram a manutenção da espiritualidade celta e nacional, resistindo às influências de Roma. Dentro do capítulo 4, quando se fala da questão dos reis da Grã-Bretanha, se percebe, primeiramente, que qualquer investidura monárquica por parte da Igreja é, aparentemente, falaciosa. Tendo em vista que dentre os cristãos, originalmente, não havia rito para isso. Este só surgiu no período do Papa Zacarias de Roma, em 751 o pontífice reivindicou uma falsa doação de Constantino, para poder ter jurisdição sobre o poder temporal. Se introduziu o rito de sacração no mundo cristão para coroar Pepino Breve como rei dos Francos. Depois, tendo em vista os reis britânicos, não se percebe um momento de plena paz entre Roma e a Inglaterra.

Foram selecionados alguns monarcas para destacar esta questão, mas ela era uma constante. Isso dá a entender que a não aceitação de Roma não era uma questão dos monarcas, mas de toda a sociedade, ou ao menos da aristocracia Inglesa. Interessante perceber que nestes conflitos, que giravam sobretudo ao redor do Arcebispo de Cantuária, Sé primaz da Inglaterra, não se questionava o episcopado. Havia o desejo dos ingleses de nomear seus bispos e que estes fossem sagrados também por Bispos ingleses, mas a suspensão do episcopado não era cogitada. O isolamento da Grã-Bretanha fez que se desenvolvesse muito cedo o nacionalismo. Não é à toa que a primeira carta magna (1215), que buscava, principalmente, livrar a Igreja inglesa de influência estrangeira, é britânica. Ainda que Eduardo Confessor tenha mudado o episcopado palaciano, ao que parece, as paróquias e todo o resto da cristandade, manteve princípios bastante locais e descontentes com Whitby.

Era sintomático que os primeiros a terem uma organização constitucional, algo que impunha limites ao próprio rei e a Igreja, impedindo o despotismo, seriam os primeiros a questionar a tirania da Igreja Romana. No capítulo V, iniciado com o reformador John Wycliffe, se vê a influência do letramento de uma sociedade que começa a se construir em torno de um documento escrito. A leitura da Bíblia, traduzida para o inglês por Wycliffe, levantou questionamentos contra a Igreja dentro do parlamento. De modo que, com o cisma do Ocidente a instituição se tornou motivo de chacota dentro da Inglaterra. Talvez a situação não tivesse sido tão vexatória se anos

antes, em 1054, a Igreja Romana não tivesse rompido com a catolicidade ao profanar o credo niceno-constantinopolitano e se pretender infalível. A reforma de Henrique VIII em 1527, ao que parece, tampouco partiu dele. A influência de Tomas Cranmer somada a insistência do parlamento, de longa data anticlericalista e anti-papal, levam ao ato que mal pode se considerar uma reforma. A Inglaterra é certamente protestante por também ter protestado contra o édito de Worms sob Henrique VIII, mas reformada é outra questão.

Certamente a Inglaterra teve um período de Reforma sob Eduardo VI (1537-1553), que reinou dos 9 aos 15 anos. Mas todos os seus avanços foram suspensos por sua irmã, Maria I, que reinou por três anos e morreu em 1558. Após assistir um irmão extremamente calvinista e outra extremamente papista, Elizabeth I subiu ao trono disposta a resolver o maior problema da Inglaterra. A Igreja, é importante lembrar, regia toda a vida da nação em todos os sentidos, por isso era um assunto tão importante. Elizabeth se propôs a edificar uma Igreja Nacional, centralizada em sua liturgia. É comum, até mesmo pelo machismo historiográfico, que se atribua a teólogos e outros tantos os avanços de seu período. Diferentemente de Henrique VIII, que foi praticamente carregado para o cisma, Elizabeth nomeou seu arcebispo, seu chanceler e o próprio parlamento de acordo com suas ideias moderadas e nacionalistas.

A Igreja da Inglaterra, por tanto, pode ser vista sob duas perspectivas. Ou como uma igreja originária ou como uma igreja cismática. Originária no sentido de que pode se aceitar que a Igreja Católica Celta se manteve latente. As bases eclesiais mantiveram seus costumes, o próprio isolamento geográfico favorecia isso. Tão logo Eduardo o confessor nomeou apenas bispos normandos, já se desenrola a crise das investiduras e a demanda por episcopos nacionais. E, como visto no texto, para que uma demanda popular tomasse proporções reais poderia demorar séculos. Sendo assim, pode ser dito que a separação entre Cantuária e Roma em 1527 foi só uma forma de tornar de direito o que já era de fato. Ou, pode-se dizer que a Igreja da Inglaterra simplesmente cismou durante o século XVI. Por que cismática e não reformada? Porque a Igreja sempre manteve seu episcopado e a reverência pelos concílios católicos. Então pode-se dizer que aquela porção da Igreja Católica, pois mantinha os mesmos bispos e os mesmos credos, se apartou das outras Igrejas. Mas é completamente infundado dizer que o protestantismo inglês teria fundado uma Igreja nova.

Por fim, percebe-se que Elizabeth I foi realmente a libertadora da Igreja da Inglaterra. Ela deu sobriedade ao assunto e não deixou que paixões pessoais se sobrepusessem. Manteve os colegiados eclesiásticos, como visto durante o texto, dos mais de 9.400 clérigos menos de 500 resistiram a Rainha, o que mostra a continuidade e também o anseio da Igreja da Inglaterra pela separação. Na elaboração do livro de oração comum, manteve todos os símbolos de fé (os Cremos) e tudo que se poderia chamar católico. No entanto, todo o processo poderia ter sido em vão se a estabilidade nacional não tivesse acontecido, e tudo isso se deve a figura de Elizabeth I. O que se pode concluir é que houve um aparente cuidado para manter a tradição da Igreja. Reformas aconteceram constantemente na vida eclesiástica, mesmo da Igreja Romana. Pode-se dizer então que a identidade Anglicana assimilou uma tradição Católica Inglesa, de tempos bastante remotos, e características marcantes do período da Reforma.

7. REFERÊNCIAS

- ARRUDA, J. A. (2017). Breve História do Júri Criminal Inglês. Belo Horizonte/MG: Ministério Público de Minas Gerais.
- BELMAIA, N. (2018). Monaquismo(s): romano, insular e a definição da Páscoa no Sínodo de Whitby no século VII. *bRATHAIR*, 125-158.
- BETTENSONS, H. (2011). *Documentos da Igreja Cristã*. São Paulo: Aste.
- BETTO, F. (10 de 04 de 2005). Curiosidades do papado. *Jornal do Brasil*, p. A8.
- Bíblia de Jerusalém*. (2002). São Paulo: Paulus.
- BIRLEY, A. (2010). *Adriano: La biografía de un emperador que cambió el curso de la historia*. Madrid: Editorial Gredos.
- BONDIOLI, N. P. (2016). Póscolonialismo na Antiguidade: Druidas nos Discursos Coloniais Romanos. *OP SIS*, 202-218.
- BRAY, D. (2018). Celtic Spirituality: Its Origins and Interpretations. *Churchman Vol 114.3*.
- Britain Peoples Circa 600.svg*. (17 de Junho de 2012). Acesso em 12 de Agosto de 2021, disponível em Wikipedia:
https://en.wikipedia.org/wiki/File:Britain_peoples_circa_600.svg
- BROWN, P. (1996). *Ascensão do cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Editorial Presença.
- BROWN, P. (1999). *Ascensão do Cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Presença.
- BROWN, P. (2003). The Rise of Western Christendom. *Blackwell Publishing*.
- CALDAS, C. (2017). Reformas Antes da Reforma. *Journal: Estudos Teológicos*, pp. 297-315.
- CARDOZO, J. C. (11 de Agosto de 2010). Reflexões sobre a abordagem macro e micro na História. Caicó, Rio Grande do Norte, Brasil: Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Nort. Fonte:
<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>
- Catecismo da Igreja Católica*. (1993). São Paulo: Loyola.

- CÉSAR, J. (1941). *Comentários Sobre a Guerra Gálica (De Bello Gálico)*. (F. S. REIS, Trad.) Rio de Janeiro: Ediouro. Fonte:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242478>
- Cesaréia, E. d. (2019). *História Eclesiástica* (3ª ed.). (W. Fischer, Trad.) São Paulo, São Paulo, Brasil: Fonte Editorial.
- CHARRONE, J. P. (2017). A política missionária de Gregório Magno na Britannia: encontros e desencontros do mundo romano e anglo saxão. *Brathair*.
- CORASSIN, M. L. (1975). Constantino e o Império Cristão. *Revista de História*, 741-766.
- DELUMEAU, J. (1989). *Nascimento e Afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira.
- DEMACOPOULOS, G. F. (2015). *Gregory the Great: Ascetic, Pastor, and the First Man of Rome*. Notre Dame: Notre Dame University Press.
- DIAS, G. (2011). *Quando os Monges eram uma Civilização... Beneditinos: Espírito, alma e corpo*. Santa Maria da Feira: CITCEM.
- DIEHL, R. (2018). *Eclesiologia e a Monarquia Pontifícia com João XXII em Avignon*. Curitiba: UFPR.
- DUQUE, F. d. (2012). A Igreja Missionária e a (re) cristianização da Bretanha. *XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG)*, 11.
- FERRARESE, L., & REIS, J. E. (2015). As relações anglo-normandas às vésperas da Batalha de Hastings de 1066. *VII Congresso Internacional de História*, 1035-1047.
- FILHO, J. B. (2019). *Matriz Religiosa Brasileira*. Vitória, Espírito Santo, Brasil: Unida.
- FORERO, A. I. (2012). *Tomás Becket. El santo político*. Barcelona: Edhasa.
- HERNÁNDEZ, S. (2003). Vida de san Albano: herencia del teatro. *Revista de Literaturas Populares*, 73-91.
- HILLGARTH, J. N. (2004). *Cristianismo e Paganismo, 350-750, A Conversão do Ocidente*. (W. V. Costa, Ed., & F. A. Rezende, Trad.) São Paulo, São Paulo, Brasil: Madras.

- Hillgarth, J. N. (2004). *Cristianismo e Paganismo: A Conversão da Europa Ocidental*. (F. A. Rezende, Trad.) São Paulo, São Paulo, Brasil: Madras.
- HOZ, J. (2014). *Del Grupo Familiar Indoeuropeo*. Valladolid: Ediciones Universidad Valladolid.
- JARDÉ, A. (1977). *A Grécia Antiga e a Vida Grega*. São Paulo: EDUSP.
- KENDRICK, T. D. (1927). *The Druids*. Londres: Random House.
- KLEIN, C. J. (2012). O Espírito Santo nos Pais da Igreja do Quarto Século. *Reflexus*, pp. 85-99.
- LACOSTE, J. Y. (2014). *Dicionário Crítico de Teologia* (Loyola: Paulinas ed.). (M. B. Marcelo Perine, Trad.) São Paulo, São Paulo, Brasil: Paulinas.
- LACOSTE, J. Y. (2014). *Dicionário Crítico de Teologia* (Loyola: Paulinas ed.). (M. B. Marcelo Perine, Trad.) São Paulo, São Paulo, Brasil: Paulinas.
- LOYN, H. (1997). *Dicionário de Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Fonte: Digital Source.
- LUPI, J. (2012). Os Druidas. *Brathair*, 70-79.
- Magna Carta - 1215 (Magna Charta Libertatum)*. (18 de 08 de 2021). Fonte: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/magna-carta-1215-magna-charta-libertatum.html>
- MARTÍN, J. P. (2012). Tertuliano frente al César: monoteísmo y monarquía. *Circe*, 86-106.
- MARTINS, A. R. (2009). A Posição de Anselmo Face ao Uso do Poder Civil (Cartas, 148, 176, 217, 235, 248, 319, 372, 430). *Philosophica*, 371-386.
- MEDEIROS, E. O. (2011). Alfred o Grande e a linhagem sagrada de Wessex: a construção de um mito de origem na Inglaterra anglo-saxônica. *As relações entre História e Literatura no Mundo Antigo e Medieval*, 134-172.

- MEDEIROS, W. P. (2007). A Possibilidade de Conceção de Habeas Corpus para Transgressões Disciplinares Militares. Fortaleza/CE.
- MORALES, E. M. (2019). La Historia de Beda y su relación con la romanización, la prebenedictinización y la britanización. Em *Bibliotheca Augustiniana* (Vol. IX, pp. 53-66). Buenos Aires: Orden de San Agustín.
- MUCENIECKS, A. (2013). Gregório Magno e a Construção do Modelo Pastoral do Medieval. *Via Teológica*, 8-23.
- OLIVEIRA, V. (2017). *História do Anglicanismo na Inglaterra*. São Paulo: Fonte Editorial.
- OLIVEIRA, V. L. (2017). *História do Anglicanismo nos Estados Unidos da América*. São Paulo/SP: Fonte.
- ORLANDIS, J. (2004). Oriente y Occidente cristianos (1054-2004). *Anuario de historia de la Iglesia*, pp. 247-256.
- Padres Apostólicos* (Vol. I). (2018). São Paulo: Paulos.
- PAES, E. (2019). Estrutura e Evolução da Família Romana. *Revista da Faculdade de Direito da Ufrgs*, 19-24.
- PIMENTA, L. (s.d.). O império de Carlos Magno e a Renascença Carolíngia. *Ademia*, 1-20.
- Romano, R. T. (01 de 05 de 2017). *Sucessão ab intestato no Direito Romano*. Fonte: JUS: <https://jus.com.br/artigos/58008/sucessao-ab-intestato-no-direito-romano>
- SANTOS, D. V. (2013). Educação, santidade e sexualidade na Idade Média: uma leitura da Legenda Áurea de Jacopo de Varazze. *Notandum - Portal de Periódicos da UEM*, 67-83.
- SELVATICI, M. (Julho de 2007). Igreja Católica e sentimento religioso na Inglaterra do século XIV. *Revista Aulas*, pp. 1-20.
- Silva, A. C. (Junho de 2015). Privilégio de um dos filhos na disposição da parte disponível da herança: autonomia de vontade x igualdade jurídica entre filhos. *Monografia*. Itajaí.
- SILVA, D. (1966). *A Igreja Militante* (2ª ed.). Porto Alegre: Ecclesia.

- SILVA, R. R. (2019). Propriedade fundiária na Nortúmbria anglo-saxônica: jurisdição, conflito e confluências (século VIII). *Tempo*, 164-187.
- TERTULLIANI. (4 de Julho de 2002). *Adversus Iudaeos*. Acesso em 2021, disponível em <https://www.tertullian.org/>:
https://www.tertullian.org/latin/adversus_iudaeos.htm
- THEISSEN, G., & MERZ, A. (2004). *O Jesus Histórico: Um Manual*. (M. C. Mota, & P. Nogueira, Trans.) São Paulo, São Paulo, Brasil: Loyola.
- TWARDOWSKI, G. M. (2017). *A Piedade como Princípio da Legitimidade Imperial: A Imagem de Carlos Magno na Vita Karoli Magni de Eginhardo (Séculos VIII e IX)*. Curitiba: UFPR.
- VARGAS, M. (1999). O Monaquismo dos Primórdios ao Século VII. *Millenium*.
- VARGAS, M. E. (1999). *O MONAQUISMO - DOS PRIMÓRDIOS AO SÉC. VII*. Viseu: ESEV.
- WAGENHEIMER, N. A. (2018). Monaquismo(s): romano, insular e a definição da Páscoa no Sínodo de Whitby no século VII. *Brathair*, 158.
- ZILLES, U. (Julho de 2013). Teologia no Renascimento e Reforma. *Teocomunicação*, pp. 325-355.